

2º CICLO  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

# Lógicas de ação social numa Junta de Freguesia. O caso de Leça do Balio Ana Rute Borges Oliveira

**M**

2018



**Ana Rute Borges Oliveira**

**Lógicas de ação social numa Junta de Freguesia. O caso de Leça  
do Balio**

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientado pelo Professor  
Doutor João Teixeira Lopes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018



# Lógicas de ação social numa Junta de Freguesia. O caso de Leça do Balio

Ana Rute Borges Oliveira

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientado pelo Professor  
Doutor João Teixeira Lopes

## Membros do Júri

Professora Doutora Natália Maria Casqueira Azevedo  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Hernâni Artur Veloso Neto  
Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia

Professor Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores



## Sumário

Agradecimentos .....	9
Resumo .....	11
Abstract.....	12
Índice de figuras .....	13
Introdução.....	14
<b>I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE AS DESIGUALDADES, A POBREZA E A EXCLUSÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1. Histórico das Desigualdades .....	16
1.2. Pobreza e Exclusão Social .....	19
1.3. Proteção Social e Estado-Providência .....	23
1.4. Respostas Sociais .....	30
<b>II- PLANO METODOLÓGICO DO ESTUDO.....</b>	<b>40</b>
2.1. Objetivos do Estágio e Modelo de Análise.....	40
2.2. Percurso Metodológico, Método e Técnicas.....	42
<b>III- O ESTÁGIO .....</b>	<b>47</b>
3.1. Organização Acolhedora.....	47
3.2. Tarefas Desenvolvidas .....	48
3.3. Reflexão Sobre o Estágio.....	50
<b>IV- RESULTADOS .....</b>	<b>53</b>
4.1. Lógicas de Ação Social Aplicadas pela Junta de Freguesia de Leça do Balio ....	53
4.2. <i>Modus Operandi</i> .....	60

4.2.1. Operacionalização do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carentiadas .....	60
4.2.2. Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio .....	63
4.2.3. Banco Concelhio de Ajudas Técnicas .....	65
4.2.4. Atendimento Integrado.....	66
4.2.5. GIP- Gabinete de Inserção Profissional .....	67
Considerações finais .....	69
Sugestões .....	73
Referências bibliográficas .....	76
Anexos .....	80
Anexo 1 – Instrumento de trabalho criado para a realização das ações de acompanhamento .....	81
Anexo 2 – Fotografias e Planos de formação para as ações de acompanhamento .....	89
Anexo 3 – Certificado da formação .....	94
Anexo 4 – Plano de ação 2018 da Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio .	95

## **Declaração de honra**

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 24 de setembro de 2018

Ana Rute Borges Oliveira



## **Agradecimentos**

Na reta final de uma das etapas mais importantes da minha vida, os agradecimentos não podem, de forma alguma, ser esquecidos.

Em primeiro lugar à minha mãe,

Pelo amor. Por ser, todos os dias, um exemplo arrebatador de força. E por me fazer sorrir. Muito.

Ao meu pai,

Porque sempre me apoiou, não só neste caminho, mas em todos.

À Marta, à Maria, à Nocas, ao Miguel e ao João,

Tenho-os sempre, na primeira fila, a amparar as minhas quedas e a aplaudir os meus sucessos.

A toda a equipa de ação social da União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões,

Sem vocês, este estágio nunca teria sido uma verdadeira escola profissional e pessoal.

Em especial, à Maria João,

Por todos os ensinamentos, pela paciência, pelo companheirismo e principalmente, por acreditar sempre em mim, às vezes, mais do que eu própria.

Ao Professor Doutor João Teixeira Lopes,

Um obrigado por orientar este trabalho. Por me dar liberdade e amparo, na medida  
certa.

Sorte é poder tê-los na minha vida.

## **Resumo**

O bem-estar das pessoas é um fator chave para a coesão social. A par disto torna-se necessário criar e implementar respostas sociais que promovam esse bem-estar face a situações socio-económicas menos favoráveis. Este relatório tem como foco principal conhecer, neste sentido, quais as lógicas de ação social providenciadas por uma Junta de Freguesia à comunidade.

Sob esta ótica, os objetivos desta investigação cruzaram duas análises importantes: conhecer as respostas e/ou serviços sociais presentes na Junta de Freguesia de Leça do Balio, que faz parte da União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, concelho de Matosinhos, para a comunidade e o seu *modus operandi*.

O estágio foi realizado entre o dia 22 de janeiro de 2018 e 31 de maio de 2018. E através da metodologia qualitativa foi possível recolher informações concretas sobre os objetivos acima propostos. O serviço de ação social da autarquia já referida marca-se pela operacionalização do Programa Operacional de Apoio às Famílias Mais Carenciadas, pelo trabalho desenvolvido pela Comissão Social de Freguesia, pelo Banco Concelhio de Ajudas Técnicas, pelo Atendimento Integrado e pela existência do Gabinete de Inserção Profissional, e cada uma destas respostas mostra-se diferente na sua instrumentalização.

Desta forma, trabalha-se para a inclusão de todos os cidadãos, favorecendo o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Respostas sociais; serviços sociais; ação social; comunidade

## **Abstract**

The well-being of people is a key factor for social cohesion. In addition, it is necessary to create and implement social responses that promote this well-being in the face of less favorable socio-economic situations. This report has as focus to know, in this sense, what the social action logics provided by a Town Council to the community.

From this point of view, the objectives of this investigation have crossed two important analyzes: to know the answers and/or social services present in the Parish Council of Leça do Balio, which is part of the Union of Parishes of Custóias, Leça do Balio and Guifões, Matosinhos, for the community and is *modus operandi*.

The internship was carried out between January 22, 2018 and May 31, 2018. And through the qualitative methodology it was possible to collect concrete information about the objectives proposed above. The social service of the municipality mentioned above is marked by the operationalization of the Operational Program to Support the Most Needy Families, for the work developed by the Social Commission of Parish, the Bank of Technical Assistance, the Integrated Service and the existence of the Office of Insertion Professional, and each of these answers shows different in its instrumentalization.

In this way, they work towards the inclusion of all citizens, favoring the well-being of people and local development.

**Keywords:** Social responses; social services; social service; community.

## **Índice de figuras**

Figura 1: Modelo de análise.....	41
----------------------------------	----

## **Introdução**

As respostas sociais organizadas são determinantes para garantir a qualidade de vida de todos os indivíduos. É necessário intervir sob a ótica da inclusão promovendo assim o bem-estar da comunidade. Posto isto, afinal, que repostas sociais existem? Onde? Como é que são operacionalizadas? E para quem?

De modo a concretizar esta investigação foi realizado um estágio curricular no Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Leça do Balio, concelho de Matosinhos, com a duração de 560 horas de trabalho, o que equivaleu a aproximadamente quatro meses e uma semana. Neste estágio analisou-se as respostas e/ou serviços sociais que esta entidade presta à comunidade perante as mais variadas circunstâncias de vida e o modo como se operacionalizavam estas respostas e/ou serviços. A partir destas questões surgiram naturalmente alguns objetivos intrínsecos não só ao estágio, mas a toda a investigação que foram de encontro com a recolha de informação sobre as lógicas de atuação na área da ação social existentes no concelho de Matosinhos e sobre o estado da arte em geral, com a observação e participação sempre que possível das práticas interventivas da entidade que me acolheu e com a análise tanto das respostas e/ou serviços que foram perpetuados durante o período de estágio como também do modo como se procediam.

O presente relatório encontra-se dividido em seis pontos estruturantes. O primeiro refere-se ao enquadramento teórico sobre as desigualdades, a pobreza e a exclusão. E subdivide-se em quatro partes, a primeira insere-se sobre a realização de um contexto histórico das desigualdades, na segunda trabalhou-se os conceitos de pobreza e exclusão social, a terceira centrou-se sobre os temas da Proteção Social e do Estado-Providência e na quarta parte expuseram-se as principais respostas sociais que Portugal disponibiliza e também as respostas sociais praticadas pelo Município de Matosinhos. O segundo ponto refere-se ao plano metodológico desta investigação, através da exposição (na primeira parte) das questões de partida, dos objetivos e do modelo de análise criado para este estudo e da elaboração (na segunda parte) do percurso metodológico do mesmo onde estão representados o método e as técnicas de recolha de informação utilizadas. O terceiro

ponto insere-se exclusivamente sobre o estágio. Este capítulo debruça-se sobre a organização acolhedora, sobre as tarefas que foram desenvolvidas ao longo do período de estágio e termina com uma reflexão sobre o mesmo. O ponto número quatro cinge-se pela apresentação dos resultados e está subdividido em dois pontos principais: o primeiro discrimina todas as respostas e serviços prestados pelo Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Leça do Balio e o segundo retrata passo a passo o modo como se operacionalizava cada resposta e/ou serviço. No quinto ponto dá-se espaço para algumas considerações finais sobre a investigação e sobre o estágio. E por último, o sexto ponto, é marcado por sugestões em que essencialmente se explicitou a pertinência da sociologia para o trabalho que é desenvolvido pela instituição acima mencionada. O relatório termina com a lista das referências bibliográficas utilizadas a par dos anexos.

A escolha desta temática foi marcada por duas questões determinantes: a primeira, por uma curiosidade pessoal sobre como seria trabalhar naquele tipo de contexto de vulnerabilidade e com aquela equipa em particular; a segunda, pelo potencial científico que esta investigação teria à priori para a disciplina da Sociologia.

A inserção na instituição onde foi realizado o estágio foi bastante facilitada pelo fato de já estar de certo modo familiarizada com a equipa pelos trabalhos de voluntariado que já lá tinha realizado. E apesar do estágio ter como alvo o Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Leça do Balio isto não quer dizer que foram apenas realizadas tarefas neste âmbito. Falamos de um serviço que faz parte de uma União de Freguesias, União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, que tem naturalmente muitas dinâmicas em comum e isso significava ter muitas vezes que trabalhar no âmbito da União e com a mesma. A equipa junta-se quando existem dinâmicas que têm que ser realizadas em comum, mas na generalidade cada elemento trabalha no seu posto, seja na Junta de Freguesia de Custóias, de Guifões ou de Leça do Balio, mas sempre na mesma área, a ação social. Para terminar é de ressaltar que a orientadora deste estágio, foi a Dr.<sup>a</sup>. Maria João Duarte, Técnica Superior de Ação Social Junta de Freguesia de Leça do Balio que acompanhou este processo com a maior prontidão.

## **I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE AS DESIGUALDADES, A POBREZA E A EXCLUSÃO**

Com este capítulo tenciona-se desenhar um enquadramento teórico sobre as desigualdades, sobre a pobreza e a exclusão. Na primeira parte apresenta-se um contexto histórico das desigualdades. E na segunda trabalham-se os conceitos de pobreza e exclusão social juntamente com uma contextualização da pobreza em Portugal e na Europa. A terceira parte dirige-se aos temas da Proteção Social e do Estado-Providência. E na última parte desenvolve-se as respostas sociais que existem em Portugal de uma forma geral e o seu impacto. Termina-se este capítulo com uma apresentação das respostas sociais salvaguardadas pelo Município de Matosinhos.

### **1.1. Histórico das Desigualdades**

As desigualdades são um objeto de debate que atravessa transversalmente as sociedades ao longo do tempo. Mais, ou menos presente nos debates da esfera pública, foi sempre um problema presente e estruturante das sociedades. Todos sabem o que são porque todos, de certa forma, já o vivenciaram direta ou indiretamente.

Mas muito embora a questão das desigualdades seja um aspeto permanente das sociedades, não são por isso, imutáveis. Muito pelo contrário, estão em constante transformação: surgem novas, dizimam-se outras e existem disparidades que ganham ainda outra intensidade. As desigualdades sociais são por isso, um fenómeno heterogéneo com uma complexidade intrínseca à sua existência. Complexidade esta, que muito tem que ver com o fato de existirem vários tipos de desigualdades que se relacionam não apenas entre si, mas também com outros aspetos da vida social, não é por acaso que as desigualdades são atualmente um dos objetos principais de trabalho para os cientistas sociais (Costa, 2012).

Como já foi referido anteriormente, este fenómeno social sempre teve um impacto inerente a todas as sociedades, importante é agora refletir sobre o momento em que passaram a representar um problema propriamente dito. Sabe-se que nas sociedades mais



antigas, 70% a 80% das pessoas viviam o seu dia-a-dia em situação de pobreza chegando, muitas delas, a conhecer mesmo a carência extrema de recursos. Estes números representam nada mais, nada menos, do que uma maioria absoluta de uma população que vivia em situação de escassez e insuficiência de bens e recursos, mas que a avaliava como uma verdade incontestável pelo simples fato de não existir uma possibilidade de mudança. Nascer pobre era uma condição tão inalterável como nascer com olhos castanhos e não fazia mal. Então, a questão que se coloca e que António Fernandes (2000) expõe é a seguinte: “Por que razão constituem as desigualdades sociais problema nas sociedades de hoje, não havendo no passado sociedade alguma que não estivesse constituída na desigualdade?” e com esta pergunta surge outra imediatamente a seguir: o que mudou? E a resposta é quase tão imediata quanto a pergunta. A verdade é que as sociedades modernas são marcadas pelo regime democrático e com ele a valorização de dois direitos incontestáveis a todos os seres humanos: o direito à igualdade e o direito à liberdade. Quando algum destes direitos é posto em causa o sentimento de desrespeito, de injustiça e de vergonha é sentido de uma forma acentuada e quase violenta por quem é defraudado. Se para as sociedades mais tradicionais a pobreza era uma condição normativa à existência, para as sociedades contemporâneas é uma situação inadmissível que jamais será aceite pacificamente.

Fazendo uma análise retrospectiva, desde os autores clássicos da sociologia que dedicaram as suas obras à análise das desigualdades até aos autores contemporâneos que se dedicam à mesma questão, existem dois pontos de análise essenciais ao estudo: as desigualdades de classes sociais e a multidimensionalidade das desigualdades sociais. Alguns autores citados por Carmo et al. (2018), como Bourdieu (1979) Savage (2015) tentam associar várias dimensões da vida, não somente dimensões socioeconómicas e socioprofissionais, mas também a outros níveis, como culturais, educacionais e outros, à questão da estrutura de classes. Por sua vez, outros autores como Goldthorpe (1980) e Wright (1997) propõem o estudo da estrutura das classes sociais limitado aos parâmetros das relações sociais de propriedade e de trabalho. Massey (2007) prefere debruçar-se sobre o contacto contínuo que se funda entre as desigualdades de classes, raciais e de género. Importa ainda referir a ideia de Therborn (2013) ao dar ênfase ao cruzamento

entre as desigualdades de classes com um complexo pluridimensional de desigualdades a outros níveis. Atualmente subscreve-se a necessidade de substituir análises partidárias por outras que se iniciem a partir de uma análise multidimensional das desigualdades e das suas interseções na sociedade atual, torna-se, por isso, fulcral o estudo das várias dimensões das desigualdades em simultâneo. Porque se alguns cientistas sociais apostaram na ideia de que as desigualdades iriam acabar por se dissipar nas sociedades mais modernas ou pelo menos não seriam nesta altura um problema social tão significativo, o que se verifica agora é exatamente o oposto, não só as desigualdades continuam a ser um problema social que sobressai na esfera pública, como por sua vez se intensificaram. E esta intensificação deve-se em larga medida ao leque de interseções de desigualdades nas sociedades contemporâneas (Carmo et al., 2018).

Outro aspeto fundamental desta problemática é o diagnóstico das desigualdades sociais contemporâneas, já que exige por si só uma descrição dos fatores e processos mais relevantes. Considera-se aqui a importância em reconhecer vários mecanismos sociais que acabam por conceber as desigualdades. Para Therborn (2010) são quatro: o distanciamento, o mecanismo de exclusão, as instituições de hierarquia e a exploração. O distanciamento está relacionado com a competitividade que existe atualmente, em grande escala e que gera desigualdades; o mecanismo de exclusão refere-se à dificuldade acrescida ou quase impeditiva de certos grupos sociais ao acederem a uma ascensão da sua categoria social, dificuldade esta concebida pelos grupos sociais que se encontram confortáveis com a sua condição; as instituições hierárquicas representam as posições em que as sociedades e as organizações estão colocadas, umas caracterizadas por uma hierarquia mais superior e outras mais inferior, este fato eleva uns e diminui outros; por último, a exploração, neste caso as desigualdades são resultados da riqueza de uns pelo proveito que fazem do trabalho de outros, uma exploração de situações de pobreza e precariedade.

Existe, como seria de esperar, uma panóplia de perspetivas teóricas sobre as desigualdades modernas. Existe uma obra de Boaventura Sousa Santos (2001) intitulada “Globalização: Fatalidade ou Utopia?” que estabelece uma relação muito estreita entre a globalização nas suas mais variadas dimensões, económica, social, cultural e política, e

as atuais desigualdades. Acaba por ser a própria atmosfera na performance das sociedades que acentua a pobreza e a exclusão. Ora, com a globalização e a formação de um mercado claramente marcado pela competição deixa de ser acessível a todos a ideia de ter um trabalho estável. Se por um lado a globalização e o progresso tecnológico acentuam o aumento da riqueza, por outro lado favorecem práticas altamente desigualitárias nas conjunturas de vida das pessoas. Em suma, perante este quadro são favorecidos aqueles que detêm maior capital, não só ao nível da formação profissional, mas também ao nível cultural e social.

Quando se opta por realizar uma perspetiva histórica de análise das desigualdades denota-se que existe uma distinção entre elas, ou seja, passamos a perceber a manifestação de velhas e novas desigualdades. A essência das desigualdades contemporâneas parece que se alterou, se no passado estas eram conhecidas fundamentalmente pela sua natureza estrutural, atualmente com a insegurança e a precariedade, surgem estilos de vida polarizados marcados pela fragilização e incerteza face ao futuro.

Assistimos então à manifestação das velhas desigualdades e ao desenvolvimento das novas desigualdades, criando-se agora desigualdades económicas dentro da mesma classe social, ou seja, existem agora indivíduos com a mesma formação profissional ou semelhante, mas com distintos percursos de vida. Uns experimentam o êxito e outros conhecem somente a derrota e a frustração. Estamos perante um acontecimento que se modificou não apenas no seu caráter quantitativo, mas também, e de uma forma bastante acentuada, no seu caráter qualitativo (Fernandes, 2000).

## **1.2. Pobreza e Exclusão Social**

Estas novas desigualdades fragmentam o tecido social e modificam os vínculos nas sociedades, o que não acontecia com as velhas desigualdades. Em detrimento das novas tecnologias e da mundialização da economia associado à existência de um mercado altamente competitivo, surgem novas disposições daquilo que se conhece como conflitos sociais. As desigualdades contemporâneas desagregam a sociedade e ascende um

acentuado sentimento de exclusão social. Verdadeiramente, as novas desigualdades traduzem-se essencialmente em dois fenómenos: exclusão social e pobreza.

O conceito de exclusão social retrata uma carência do indivíduo como cidadão e nas redes de vínculos sociais (Costa, 2012). É um estado que abre uma brecha entre o indivíduo e a sociedade, um estado de vulnerabilização e/ou de estigmatização que evidenciam uma quebra dos vínculos sociais com a sociedade (Rodrigues, 2010). De fato, são passíveis de serem identificados alguns fatores explicativos da exclusão social. No modelo culturalista, o que possibilita a existência de exclusão social são fatos fundamentalmente internos. Ou seja, a culpa por determinado indivíduo se encontrar numa situação de vulnerabilização social é dele mesmo e de uma forma menos acentuada da sua família. E, por acréscimo, dá-se um efeito bola de neve da situação de fragilização do indivíduo: quanto maior a situação de carência maior será também a sua proteção social, acabando por promover a não procura ativa no mercado de trabalho. Em suma, segundo esta corrente sociológica, conclui-se que políticas que assentam em prestações sociais acabam por paralisar os cidadãos na procura de uma ocupação laboral.

Outra corrente teórica explicativa dos processos de exclusão social baseia-se numa conceção socioeconómica do fenómeno. A exclusão é consequência de um desencontro entre várias frações da sociedade, neste caso ao contrário da corrente anterior, a culpabilização deste estado de fragilização é coletiva e não individual, os processos de exclusão passam a ser gerados devido a causas externas e não internas. Aqui, o crescimento económico surge como agente catalisador para os fenómenos de exclusão social pois concebe-se incapaz de proteger as classes sociais mais fragilizadas. Deste desequilíbrio no mercado de trabalho surge a exclusão.

Confere-se, assim, o carácter multidimensional e heterogéneo do conceito de exclusão social, que se entende como um conceito mais abrangente quando comparado ao conceito de pobreza e por isso exige por si só uma vasta capacidade de análise e intervenção direcionadas principalmente para as suas origens.

À conceção de pobreza estabelece-se uma relação com o bem monetário e material. Compreendido como um conceito que representa a escassez de recursos sempre esteve na ordem do dia sob a ótica da esfera pública. Agrega-se este conceito a um cenário de

escassez, consequência de um défice de bens monetários, cenário este alusivo aos princípios da subsistência e das necessidades básicas. Mas a verdade, é que atendendo ao termo preciso de pobreza, esta não representa apenas uma carência de recursos, porque de certa forma todas as pessoas possuem sempre mais ou menos bens, representa sim uma carência económica associada a uma dependência (Fernandes, 2000; Rodrigues, 2010). Há que também atender às consequências do que representa viver em situação de pobreza para além daquelas que são mensuráveis como a escassez de recursos. Fala-se da diminuição dos vínculos sociais que acabam por levar a situações de quebra com a sociedade, a um sentimento de fragilização, dependência e de humilhação.

Em jeito de síntese, pode existir pobreza sem exclusão e exclusão sem pobreza muito embora a possibilidade de coabitarem numa mesma situação seja muito elevada. A pobreza surge associada à pluridimensionalidade do conceito de exclusão social, quando a sociedade cria episódios notáveis de desintegração. Ou seja, a pobreza é sinónimo de exclusão social quando esta se traduz numa situação de desintegração. Qualquer pessoa vive atualmente intimidada pelo medo de ser excluído na iminência de viver num contexto de pobreza (Fernandes, 2000; Rodrigues, 2010; Costa, 2012).

Resumindo, as sociedades modernas são definidas transversalmente por um conjunto nefasto de desigualdades determinadas essencialmente pela exclusão social e pela pobreza. Ao estudo da relação entre estas três conceções emerge a necessidade de ponderar não apenas as condições estruturais destes fenómenos como também as políticas públicas e o estímulo para qualificação e para o emprego direcionado para as classes sociais mais expostas à exclusão e à pobreza (Costa, 2012).

Necessário torna-se agora contextualizar o fenómeno da pobreza em Portugal e na Europa através da análise das taxas de risco de pobreza. Note-se que segundo o Instituto Nacional de Estatística a taxa de risco de pobreza representa a “proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente” e é definida segundo um limite de rendimento que varia consoante o ano (Cantante, 2018). Esta taxa em 2016 representava 18.3% da população portuguesa que vivia com um capital mensal abaixo dos 454 euros, 45% desta fatia de população vivia em situação de desemprego, o que compactua com o

que foi dito anteriormente sobre a importância do emprego a diminuição de situações desiguais (Cantante, 2018). Fazendo uma análise retrospectiva de anos anteriores no que concerne à taxa de risco de pobreza em Portugal rapidamente se conclui em termos percentuais que entre 2003 e 2009 a taxa de risco em questão diminuiu de um modo geral mas despoletou no período mais crítico da crise económica e financeira, sendo que entre 2013 e 2014 o valor foi de 19.5%, valor este que em comparação a 2003 e 2004, dez anos antes, foi inferior. A questão é a seguinte: será que se pode efetivamente concluir que a taxa de risco de pobreza diminuiu comparativamente aos anos que foram marcados pela crise? Porque numa situação de recessão económica é normal que os rendimentos sofram uma queda em número e por consequência o limite do rendimento que é consagrado durante aquele ano ou durante aqueles anos, se falarmos na crise a longo prazo, sofra uma queda também, mais concretamente, a barreira a partir da qual uma pessoa é considerada pobre fica mais baixa. Falamos então de uma diminuição dos valores no que respeita à taxa de risco de pobreza em Portugal, mas será assim tão linear e efetiva?

Na Europa, em 2015, a taxa de risco de pobreza variou consideravelmente nos países membros. Por exemplo, no topo da pirâmide, com a maior taxa de risco encontrava-se a Sérvia com uma percentagem de 25,5%, seguida pela Roménia com uma taxa de 25,3% e pela Bulgária com 22,9%. Portugal neste ano encontrava-se um pouco acima da linha mediana com uma percentagem de 19% no que respeita ao risco de pobreza. Em melhor situação encontrava-se a Finlândia com uma taxa de 11,6%, a República Checa com 9,7% e na base da pirâmide a Islândia com uma taxa percentual que rondava os 8,8% de risco de pobreza (Cantante, 2018). Surge aqui outra questão pertinente: será que o espaço geográfico em que os países, mesmo que dentro de um mesmo continente, se encontram, contribui para o aumento ou para a diminuição das taxas de pobreza? Porque olhando para o paradigma desta situação, em 2015, verifica-se que os países que se encontram no sudeste da Europa são aqueles que estão no topo da pirâmide com a maior taxa de risco de pobreza e aqueles que se encontram mais a centro e a norte da Europa são também aqueles que representam os valores percentuais menos elevados de risco de pobreza. Então será também uma questão fortemente marcada pela geografia?

Este novo paradigma das desigualdades contemporâneas acarreta um encadeamento

de conjunturas negativas no modo de vida das pessoas e na própria estrutura das sociedades, tais como: um desequilíbrio acentuado na distribuição da riqueza, dos rendimentos e do poder; existência de extremos sociais; sentimento constante de insegurança face ao emprego e consequentemente ao futuro; paralisação de uma possível mobilização progressiva; sistemas autoritários que desencadeiam um sentimento de frustração em relação aquilo que se espera quando se pensa viver numa democracia. Determinadas conjunturas acima descritas, são causas e consequências deste novo paradigma, daquilo que se afigura como as novas desigualdades (Carmo et al., 2018). No paradigma da vida moderna, onde todos os indivíduos se julgam iguais, nem todos necessitam do mesmo esforço para atingir essa tal igualdade.

Quando as populações marcadas para vulnerabilização se veem configuradas a uma panóplia de situações que as deixa ainda mais vulneráveis, têm que ser criados mecanismos que consigam dar esperança e confiança a estas pessoas de um futuro mais promissor. Um bom começo seria, a criação de políticas públicas neste sentido (Fernandes, 2000).

### **1.3. Proteção Social e Estado-Providência**

A exclusão social e a pobreza são a consequência incapacitante da democracia no que diz respeito à garantia de todas as condições necessárias à prática da cidadania. Cabe, portanto, ao Estado reduzir riscos sociais e fomentar a coesão social através de procedimentos que facilitem a inserção e o exercício da cidadania. Deste modo, a proteção social é tida como uma solução institucional de carácter organizado que atua para evitar uma quebra do vínculo social. Assim, quando o Estado não garante a todos o direito ao trabalho tem, por sua vez, que garantir a não propensão de situações de exclusão para aqueles que são defraudados (Rodrigues, 2010).

Nesta linha de teorização, Robert Castel (2003) defende dois pontos de partida a ter em conta naquilo que acredita ser necessário para uma pesquisa de mecanismos de intervenção social adequados. O primeiro direciona-se para a importância em conceber os direitos sociais como uma “propriedade social”, conceito que deveria ter a mesma

seriedade no seu tratamento, comparativamente ao conceito de “propriedade privada”, quando aplicado às políticas sociais, isto significa que todos os cidadãos deveriam ter acesso a esses direitos independentemente do seu contexto profissional. Não por meio de assistencialismo, assumindo o caráter de inferioridade que este acarreta, mas sim por meio de políticas que salvaguardassem a inserção dos indivíduos. O ponto seguinte a ter em conta segundo este autor, seria refletir sobre as vantagens de inserir as pessoas em contextos profissionais em que a ausência de trabalho não significaria ausência de emprego, ou seja, o afastamento da prática laboral faria parte da própria carreira profissional, para possibilitar a formação e fornecer aos indivíduos um leque de escolhas mais abrangente daquilo que pretendem adquirir como conhecimento profissional e laboral. Este tipo de intervenção funcionaria não apenas como mediador do mercado de trabalho, mas também dos vínculos sociais.

Sublinha-se que esta urgência em criar mecanismos de intervenção social acaba por incumbir ao Estado uma nova missão: dizimar os riscos sociais. Posto isto, é marcado um ponto de partida e são criadas as primeiras conceções práticas de intervenção social para aqueles que viviam em condições de vida mais vulneráveis e também para os processos que intensificavam as desigualdades. Ora, o que acontece na prática, é que o Estado não atua sobre a raiz do problema, o Estado assiste o problema. Este fato permite que seja possível viver em situações de vulnerabilidade com o mínimo à sobrevivência. Resumidamente, a intervenção do Estado é meramente assistencialista, salvaguarda o mínimo necessário para manter a ordem social, mas nunca suficiente para que o pobre saia da situação em que se encontra. É quase manter o estatuto de pobre, para existir o rico, mas garantido o mínimo para a sobrevivência e para a coesão social.

Sucedese, então, o embate entre a vida democrática e as desigualdades. Produto desse embate é a criação do Estado-Providência, uma nova esperança para o combate das desigualdades sociais. O objetivo principal da criação deste sistema de proteção europeu servia-se da importância, ainda que teórica, em fortalecer a relação entre o Estado, a família e o mercado, dedicando especial atenção às especificidades que cada país-membro concebe aos seus direitos. Isto na prática resulta numa contemplação de critérios e metodologias específicas de proteção social, que muito têm a ver com os diferentes níveis



de desenvolvimento social e económico de cada país mesmo que dentro de um mesmo espaço geográfico, a Europa. A pretensão, em uniformizar as políticas Europeias foi o primeiro e mais importante passo para que os países europeus comesçassem a falar entre si, a trocar vivências e a criar algumas medidas comuns. Em síntese, a ideia era, identificar e aceitar as políticas sociais próprias dos países, sem que isso conferi-se uma certa incoerência social à União Europeia. O ideal seria padronizar a Europa mantendo as especificidades políticas consagradas por cada país. É importante que as políticas sociais estejam sempre ao mesmo nível que o desenvolvimento, para não existir um desequilíbrio. Caso isso não acontece-se é caso para afirmar que seria pior a emenda que o soneto.

Sustentada a diversidade dos vários cenários dos países da Europa, segundo Gosta-Andersen (2011) citado por Rodrigues (2010), subsistem três modelos de proteção social, nomeadamente: o modelo escandinavo, o modelo anglo-saxónico e o modelo continental ou corporativista. Para este autor os países do Sul da Europa não concebem por si só um quarto modelo, integram-se sim no modelo continental com determinadas especificidades.

No primeiro modelo, influenciado pela vertente beveridgiana, denominado como modelo escandinavo integram-se a Dinamarca, a Suécia, a Noruega e Finlândia. Este paradigma de Estado-Providência une os seus esforços numa perspetiva social-democrata e mostra-se muito eficaz nas suas políticas interventivas. Persiste na ideia de uma sociedade inclusiva, regida pelos princípios fundamentais da igualdade e da universalidade na conceção dos riscos sociais. Imputa-se ao Estado o papel fundamental de intervenção não apenas nas políticas sociais, mas também nas políticas económicas. Ou seja, atua por um lado na prevenção e por outro nas consequências, proporcionando assim uma recompensa para quem é vítima das desigualdades. Salvaguarda ainda a todos os cidadãos, uma intervenção mínima igualitária que consideram indispensável, através de prestações elevadas, para além de inúmeros serviços gratuitos, sem obrigatoriedade de adesão ao sistema contributivo, aqui presente a importância que este modelo dá à universalidade na proteção dos riscos sociais. O direito à igualdade é sustentado quando se trata da igualdade de género, mais especificamente no mercado de trabalho. São para

isso criadas políticas de emprego que facilitem a criação de uma ponte entre o contexto familiar e o contexto laboral através de mecanismos que promovam a presença das mulheres no mercado de trabalho, mecanismos estes de serviço de apoio à criança, aos idosos e as pessoas portadoras de algum tipo de défice cognitivo ou motor. O Estado evidencia assim uma intervenção social prática com as famílias. Não se pode por isso deixar de refletir sobre o seguinte: os países que possuem mais riqueza e que dominam melhor a arte da democracia são aqueles marcados por um Estado-providência mais forte, e, não é por acaso, que estes países são conhecidos por garantirem um nível médio de bem-estar superior aos restantes países da União Europeia.

Encontramos a Irlanda e o Reino Unido dentro de um modelo, que ao contrário do anterior, direciona maioritariamente os seus esforços para a condição do desemprego, o modelo anglo-saxónico. Marcado por uma intervenção do estado seletiva, nem todas as classes sociais são salvaguardadas pelo sistema de proteção da mesma forma, este modelo protege outros grupos que não somente os trabalhadores, mas exclui categorias que se encontrem em contextos mais problemáticos. Isto é resultado do Estado quando garante uma prestação calculada em função dos rendimentos dos agregados familiares, ou seja, quanto menos recursos apresentam determinados agregados menos apoios recebem. A lógica desta intervenção vai muito ao encontro da atuação só acorrer em situações limite já que é da responsabilidade do mercado garantir rendimentos às famílias e neutralizar riscos sociais. Ao seguirem esta lógica, são naturalmente os Estados que menos investem em políticas de proteção social. Ao não se apropriarem de políticas que conjugam o princípio da universalidade intensificam os fossos entre ricos e pobres, criando classes sociais muito marcadas pela polarização de contextos de vida. E apesar de direcionarem muitos dos seus esforços para o grupo dos desempregados, é inevitavelmente um modelo marcado pelas altas taxas de desemprego e de pouca procura ativa de novos contextos laborais, pela forma como são feitos os cálculos das prestações. Passando isto à prática quer dizer o seguinte: se as prestações são calculadas através dos rendimentos de determinado agregado familiar, um elemento desse mesmo agregado, ao iniciar-se num novo trabalho pode resultar na perda dessa mesma prestação e consequentemente piorar a sua situação económica.

Marcado pela influência bismarckiana e pelo objetivo primordial de preservar os rendimentos dos trabalhadores eis que emerge o modelo continental. Inseridos neste modelo está a França, a Bélgica, a Alemanha, a Holanda, a Áustria e o Luxemburgo. Neste caso é realizada uma ligação direta entre a situação profissional em que se encontra a pessoa e os direitos sociais, por dois motivos: o primeiro tem que ver com a forma como as prestações são calculadas - de acordo com os rendimentos e com a categoria laboral do indivíduo-; o segundo, pelo fato do acesso à proteção social existir apenas para aqueles que corroboram com o sistema contributivo. Cabe aos demais elementos da sociedade a responsabilidade de se auto proteger quando algum imprevisto social acontece. Consequentemente, este efeito individualista do modelo em si, abre portas para a existência de relações desiguais e potencializa a existência de dominados e dominantes. Nesta lógica, beneficiam-se socialmente as classes trabalhadoras, mas beneficiam-se ainda mais as populações com salários mais elevados e com categorias profissionais superiores. É considerado um modelo que não se adapta às novas realidades sociais e económicas e que apresenta graves dificuldades de ajustamento. Padece assim de uma reforma algo urgente na sua conceção e nos mecanismos que adota.

Resta agora debruçarmo-nos sobre o modelo continental com as especificidades dos países do Sul. Encontra-se aqui países como Portugal, Espanha, Grécia e Itália que albergam nas suas políticas sociais influências bismarckianas – no desequilíbrio do sistema de proteção social para os trabalhadores com maiores valores salariais e na fragilidade da (re)inserção no mercado de trabalho – e influências beveridgianas – nas políticas universais de acesso aos serviços de saúde. É, perante esta realidade, um modelo que apresenta algumas vulnerabilidades estruturais, limitações económicas e uma ausência de orientação política concisa. O pressuposto inicial dos sistemas de proteção social dos países do Sul era de que o Estado apenas teria de salvaguardar as pessoas na infância, na velhice, e em situações pontuais como doença, invalidez ou desemprego temporário, por sua vez, competia ao mercado de trabalho a responsabilidade em fornecer rendimentos para os restantes através de empregos estáveis, demarcados pela sua durabilidade. Parecia um bom plano, até que as condições laborais se tornaram instáveis e o conceito de emprego para a vida toda passa a ser quase um pressuposto inalcançável.

Tudo muda, exceto as políticas de proteção social, que não acompanham estas novas dinâmicas face ao mercado de trabalho, mantendo assim a sua essência. Este status quo, caracterizado pelo seu caráter limitativo de intervenção por parte do Estado nos países de Sul é produto de um número considerável de políticas sociais terem sido criadas por um governo ditatorial que tinha como objetivo aligeirar a mobilização social dos operários. Cabia à Igreja e à família salvaguardar o bem-estar mínimo da população atrasando a solidificação do papel do Estado e das instituições sociais. De todos estes constrangimentos, existe uma área que se destaca pela evolução crescente que foi demonstrando ao longo dos tempos, a saúde. Numa primeira fase o acesso à saúde era diferente e calculado através dos rendimentos e do grupo profissional da pessoa, mas acabou por ser criado um sistema nacional de saúde, financiado pelo pagamento de impostos, acessível a todos os cidadãos, independentemente dos seus rendimentos e da sua categoria profissional. É de ressaltar também o fato destes países terem sido os mais recentes a criar um Estado-Providência, e por isso, ainda não tiveram tempo (comparativamente aos outros países-membros) para evoluir e prosperar. Isto associado à época em que surgiram (uma época muito marcada pelo desemprego de longa duração, baixas qualificações, altas taxas de analfabetismo e pelo envelhecimento demográfico), não facilitou a sua solidificação. Este “modelo” encontra-se num impasse resultante da dicotomia entre a urgência em adaptar medidas de outros modelos e na dificuldade que essa adaptação tem na prática, pois tratam-se de países que mantêm ainda particularidades muito tradicionais onde ainda perdura a família como elemento central e também a organização social solidária.

Os mecanismos de proteção social mostram-se necessários na conceção de estilos de vida mais favoráveis a todos os cidadãos da União Europeia. Mecanismos estes que diminuem efetivamente o número de indivíduos em risco de pobreza. No entanto, são vários os obstáculos que se colocam ao Estado-Providência atualmente.

O Estado-Providência é no fundo um traço orientador que todos os países-membros têm que adotar para a criação de um modelo social que se inscreva no quotidiano dos cidadãos europeus. Quando surgiu o Estado-Providência, surgiu com ele a emergência de um conjunto de direitos fundamentais, a começar pela legislação da providência que

abrange o direito à universalização da saúde e da educação. Por sua vez, o surgimento de direitos sociais estava relacionado com uma contribuição assertiva do Estado através da criação de políticas públicas passíveis de garantir o bem-estar de todas as pessoas. Todas estas premissas seriam hipoteticamente eficazes para o bem-estar das pessoas se não fosse a globalização económica que veio dificultar um pouco os resultados pretendidos pelo Estado-Providência. São três as áreas mais afetadas: o mercado de emprego, a redistribuição geoespacial da produção industrial e a diminuição das funções e competências do Estado, visto que atualmente não consegue de forma alguma, por si só, proteger os cidadãos de todos os riscos sociais. E para agravar, a crise que se manifestou ao nível Europeu exigiu grandes cortes nas despesas com a intervenção social. Apesar de todos os esforços dos países em contemplar um sistema de proteção social, o objetivo era também o de reduzir significativamente as despesas públicas para sobreviverem à crise económica. Esta aposta em adotar políticas caracterizadas pela diminuição da proteção social marcou Portugal pela intensificação e manifestação de novos riscos sociais.

A orientação teórica em torno de uma reforma do sistema de Segurança Social é baseada em propostas de alteração de algumas medidas, como o retardamento da idade da reforma, a precisão de um valor máximo para as reformas e a fomentação uma tendência de partilha de responsabilidades com outras instituições como a Igreja, ou como em Portugal, Instituições Particulares de Solidariedade Social. Estes atores sociais mostram a sua relevância quando o Estado, por si só, não consegue salvaguardar todos os cidadãos dos riscos sociais, resultado da sua própria debilidade e da atual dinâmica do mercado. Encontram-se um passo à frente ao praticarem políticas de proteção desenvolvidas para aquela comunidade em questão, passa-se de uma proteção generalizada para uma proteção social muito própria e muito eficaz nas especificidades de cada população. Entre estas propostas destacam-se outras alternativas: viabilizar a privatização do sistema ou então, procurar outros meios de financiamento.

Reconhecidas as fragilidades dos modelos de Estado-providência evidencia-se assim, a urgência em complementá-los. O objetivo é capacitar os grupos sociais mais vulneráveis e estimular o seu empowerment. É, também, adotar políticas de proteção social compatíveis com todos os territórios e capazes de atender às especificidades de

cada pessoa em particular. Os indivíduos não são todos iguais nem sentem todos as mesmas dificuldades, por isso não faz sentido existirem medidas uniformizadas para problemas de naturezas tão distintas. O empowerment surge neste cenário como um meio de reconhecimento, criação e utilização de recursos e instrumentos preconizados pelos próprios indivíduos, grupos ou comunidades. É, na verdade, não deixar singrar políticas sociais somente de caráter económico, mas também desenvolver nos indivíduos um empoderamento político e social para reequilibrar a estrutura de poder da sociedade. Através do acréscimo de poder sociocultural, psicológico, político e económico, dotar as pessoas da importância em exercer a sua cidadania. As políticas de proteção social não seriam tendencialmente impeditivas ao desenvolvimento, seriam sim, requisitos ao desenvolvimento, encarando a sustentabilidade da proteção social como essencial à coesão e como meio de garantia para o bem-estar das pessoas e das comunidades (Rodrigues, 2010).

#### **1.4. Respostas Sociais**

Uma nova missão é incumbida ao Estado na sociedade moderna: garantir a redução da insegurança social e atuar sob os riscos sociais (Castell, 2003).

A crise financeira e económica atual transporta duas consequências sociais muito relevantes na vida das pessoas: o desemprego e a destruição de emprego, que se encontram subordinadas, em larga medida, ao sistema de proteção vigente e da importância que se dá a esse problema. Por exemplo, em Portugal o problema do desemprego foi de certa forma nivelado, mesmo que de uma forma medíocre, pelos mecanismos de proteção social inseridos no sistema (Carmo; Cantante, 2014). O sistema de proteção social português no que diz respeito ao desemprego consiste fundamentalmente em prestações monetárias. São elas: subsídio de desemprego – para quem mantinha um contrato de trabalho e tenha ficado desempregado-; subsídio social de desemprego – é uma prestação destinada ao beneficiário para equilibrar a ausência de remuneração resultante da perda involuntária de emprego quando este não dispõe dos requisitos para receber o subsídio de desemprego ou já tenha recebido a totalidade deste

a que tinha direito-; subsídio de desemprego parcial – para os indivíduos que se encontram a receber subsídio de desemprego mas iniciam atividade laboral com contrato ou trabalho independente a tempo parcial-; subsídio por cessação de atividade – destinado aos trabalhadores independentes que sejam economicamente dependentes de uma única entidade contratante no sentido de compensar a quebra de rendimentos por consequência da cessação contratual com essa mesma entidade contratante -; subsídio parcial por cessação de atividade – contempla os trabalhadores independentes que cessam o contrato de prestação de serviços com a entidade contratante mas que mantenha uma atividade profissional cujo valor do rendimento é inferior aquele aferido pelo subsídio por cessação de atividade -; subsídio por cessação de atividade profissional – tem como alvo os trabalhadores independentes com atividade empresarial como também os gerentes ou administradores das sociedades quando é justificado o encerramento de determinada empresa -; e por último, subsídio parcial por cessação de atividade profissional – é um valor monetário para os trabalhadores independentes com atividade empresarial assim como os gerentes ou administradores de sociedades que se encontrem a receber subsídio por cessação de atividade profissional e iniciem atividade a tempo parcial por conta de outrem por como trabalhadores independentes. Existe também o RSI (Rendimento Social de Inserção) que não está apenas relacionado com apoio a nível profissional, mas também facilita a integração social de pessoas que vivam em situações de pobreza extrema (Seg-social, 2013; Seg- Social, 2018).

Em Portugal, sublinha-se o fato das fontes de rendimento predominantes serem o trabalho assalariado por contra de outrem, as prestações sociais e os serviços públicos ministrados pelo Estado. Não obstante do esforço que foi feito à volta da criação do próprio emprego e de meios singulares para garantir rendimentos, o que singra como meio de sustento das famílias mais fragilizadas, são os sistemas tradicionais: o Estado e o mercado de trabalho, verificando-se também, ainda que em pouca medida, o reaparecimento da importância do papel da família. Pois bem, num cenário de recessão económica o Estado Social persistiu como o elemento não comercial mais significativo para conter as consequências negativas, tanto económicas como sociais, da crise e da austeridade, das quais também acabou por ser um mártir. Esta contenção nas

consequências negativas da crise foi conseguida através dos serviços públicos como os centros de saúde, a segurança social, os centros de emprego, as escolas, os hospitais, entre outros que se viram perante um aumento exponencial de famílias que aderiram a estes serviços e que permitiu, ao mesmo tempo, facilitar sinalizações de situações sociais graves; e através também das transferências sociais, que apesar de todas as contenções, evidenciaram-se indispensáveis para um número significativo de famílias, evitando o alcance a um patamar crítico de pobreza extrema. Confirma-se assim a relevância das prestações sociais que não permitiram um aumento ainda mais acentuado dos índices de pobreza (Carmo et al., 2018).

Note-se que o impacto que as transferências sociais tiveram na taxa de risco de pobreza em Portugal foi bastante significativo, por exemplo, em 2016 a taxa de risco de pobreza depois do pagamento das prestações foi de 23.6% um valor mais baixo comparativamente a 2013, que após pagamento das transferências sociais a taxa de risco de pobreza rondou os 26.7%, tendo em conta também que 2013 foi o ano mais marcado pela crise, parece que as prestações sociais do Estado ampararam uma queda que poderia ter sido mais trágica. Como transferências sociais, neste caso, referem-se aquelas relacionadas com a incapacidade, com a doença, com a família, com o desemprego, com a educação, habitação e com a inclusão social, que promoveram em 2016 uma descida de aproximadamente 29% de incidência da pobreza em comparação aos anos anteriores (Cantante, 2018).

Sumariamente naquilo que foi descrito, averigua-se o caráter decisivo que o Estado social teve ao suavizar as consequências da crise. Num quadro geral da Europa verifica-se que sem as prestações sociais, aproximadamente metade da sociedade europeia viveria num contexto de risco de pobreza, valor este que vai muito além os desempregados e/ou incapacitados, ficando deste modo provada a relevância da despesa social no controlo da pobreza (Carmo et al., 2018).

Em Portugal, as respostas sociais não são apenas caracterizadas, como foi referido anteriormente, pelo pagamento de prestações monetárias, são também marcadas pela existência de redes institucionais concelhias que existem com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Importa, atendendo ao caráter territorial desta



investigação, analisar o que é praticado neste sentido, pelo concelho de Matosinhos.

As respostas sociais do concelho de Matosinhos abarcam as mais vastas áreas, tais como: a infância e juventude, a terceira idade, o emprego e formação, a precariedade económica, a saúde, deficiência e incapacidades e também o risco e perigo. Existe um programa intitulado “Rede Social” que abarca todas estas áreas de atuação. A sua eficácia comprovada advém do fator proximidade e caracteriza-se pela conexão entre entidades públicas, privadas e diversos meios de ajuda para assegurar melhores conjunturas de vida das pessoas. Os objetivos da rede social inserem-se na partilha de lutas, recursos e ações na aplicação de políticas interventivas perante problemas sociais das mais variadas naturezas. Incentiva também o desenvolvimento social das/nas localidades. A Rede Social “não é uma prestação ou apoio social. Contudo, o trabalho da Rede Social deve permitir uma maior adequação e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos de um modo geral e, particularmente, àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade” (Cm-matosinhos, S/D; Seg- Social, 2014).

É composta por 118 entidades que estabelecem um Plano de Desenvolvimento Social cíclico. Este plano é composto por ações integradas que contemplam tanto um trabalho mais a nível individual, com um determinado grupo de pessoas ou famílias, como a um nível mais coletivo que para além do seu caráter interventivo assume também um papel preventivo.

Todas as entidades que fazem parte da Rede Social de Matosinhos integram na sua índole os mais variados serviços e respostas sociais, abertos a todas as pessoas. Nas áreas da infância e juventude, providenciadas por entidades na comunidade existem: as creches, de natureza socioeducativa que abrigam crianças dos 3 aos 36 meses de idade, quando o pai, a mãe ou a pessoa que possua a sua guarda se veem impedidos durante o período diário de tomar conta dos demais; o Amas, conhece-se por ser um serviço fornecido por um grupo de amas que abrange crianças dos 3 meses até aos 3 anos de idade, estas têm que estar integradas nos Centros Distritais de Segurança Social ou então por numa Instituição de Solidariedade Social; existe também o Centro de Atividades de Tempos Livres mais conhecida por CATL reservado a crianças a partir dos 6 anos e jovens. Foi concebido para possibilitar atividades de lazer nos espaços temporais que não estejam

ocupados pela atividade escolar ou pelo trabalho e incrementa-se através do acompanhamento e/ou inserção dos munícipes e da prática de atividades específicas; e por fim, o Centro de Atendimento e Acompanhamento, que assegura através de uma equipa multifacetada o atendimento, apoio, desenvolvimento de competências e encaminhamento de jovens. Existem ainda, nestas áreas, duas respostas providenciadas pelas entidades locais juntamente com a Câmara Municipal, são elas: o Jardim de Infância, assume-se como uma resposta aplicada em equipamento e que tem como objetivo o desenvolvimento de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, através de ações educativas e de apoio à família; a segunda resposta consagra uma Equipa Local de Intervenção que assegura uma ação precoce na infância por meio de um leque de mecanismos de apoio integrado para a criança e para a família, consagrando intervenções reabilitativas e preventivas nas áreas da educação, da saúde e da ação social. Esta resposta é designada para crianças na faixa etária dos 0 aos 6 anos.

As respostas existentes na área da terceira idade, para pessoas com 65 anos de idade ou mais preconizadas pela Câmara Municipal de Matosinhos são as seguintes: o Cartão Sénior que facilita ao beneficiário a admissão a atividades e a serviços; o Serviço Matosinhos Solidário que providencia a prestação de reparações, intervenções e outros serviços de apoio domiciliário; e a Tele Assistência Domiciliária, que se traduz num mecanismo de comunicação acionável pelo portador, a partir de um botão de controlo remoto, que facilita o contato do idoso com uma central disponível 24 horas por dia o ano inteiro. A cargo das entidades comunitárias existem outras respostas: os Centros de Convívio criados para facilitar o apoio de atividades sociais tanto recreativas como culturais através da participação pro ativa dos idosos nas comunidades; a Universidade Sénior que se caracteriza pelo exercício de dinâmicas pedagógicas, culturais e físicas com o objetivo primordial de motivação para um envelhecimento ativo; os Centros de Dia que fornecem de um leque de serviços garantindo o cuidado das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar; as Atividades Matosinhos Sénior que abrangem exercícios e dinâmicas aos mais variados níveis para promover o envelhecimento ativo e prevenir a perda de capacidades físicas, psicológicas e sociais; e existem também os Serviços de Apoio Domiciliário que providenciam cuidados específicos a idosos no seu domicílio, que por

alguma razão, temporária ou permanente, não consigam garantir a realização das suas necessidades básicas e/ou atividades do quotidiano. Falta apenas referir os Lares de Idosos ou Estruturas Residências para Pessoas Idosas, uma resposta que se afirma sob a forma de alojamento coletivo, carácter temporário ou permanente, de idosos ou pessoas que se encontram impossibilitadas de garantir a sua autonomia.

Uma área em que naturalmente se presta uma maior atenção é a área do emprego e da formação e por isso, as respostas são proporcionais à sua relevância. Para em garantir o bem-estar da população, a Câmara, por si só, providencia um serviço intitulado Loja do Empreendedor que auxilia indivíduos com especial vontade em investir na economia local. As entidades locais salvaguardam, por si só, uma panóplia de respostas e serviços pertinentes para esta área, tais como: o Centro de Emprego que viabiliza conjunturas de empregabilidade para pessoas candidatas a emprego e para a integração no mercado de trabalho; os Gabinetes de Inserção Profissional, mais conhecidos como GIP's que facultam os seus serviços nas freguesias do Município e que se dirigem à população desemprega ou à procura de emprego; existem também as Formações, ações estas que favorecem o desenvolvimento de capacidades, de conhecimentos e de competências nas mais variadas áreas de formação, educação e atividade económica; faltam só referir as Empresas Sociais, estas empresas fornecem serviços de jardinagem, limpeza e manutenção com intenções sociais e empregam pessoas que enfrentam obstáculos mais acentuados na integração do mercado de trabalho. Quando a Câmara e as entidades locais decidem, dentro desta área, conjugar os seus recursos dão origem a respostas como a Loja de Emprego que agiliza a procura de emprego e como o Centro Para a Qualificação e o Ensino Profissional, que faz parte da estrutura do Sistema Nacional de Qualificações e potencia a realização de atividades com os objetivos de qualificar escolar e/ou profissionalmente e facilitar a transição/inserção/reconversão no mercado de trabalho.

Por consequência da crise e da instabilidade financeira que ainda se vive atualmente, seria de esperar que existisse uma área de intervenção dedicada à precariedade económica. E existe. Esta área tem a particularidade, em comparação às outras, de maior parte das respostas sociais serem salvaguarda pela Câmara. Se calhar pelo impacto que esta área de atuação tem na comunidade. Garante assim: Habitações

Sociais, que proporcionam o acesso a habitação digna a pessoas inseridas em contextos de grave debilidade económica, com um suporte financeiro do Estado; um Mercado Social de Arrendamento que proporciona no mercado arrendatário, imóveis com preços de rendas mensais inferiores a 30% em relação aos preços médios exercidos no mercado livre; existe também um programa que se insurge como uma alternativa ao realojamento em habitação social, o Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento, mais conhecido por PMAA, que salvaguarda o pagamento de uma parcela quando os cidadãos, por se encontrarem em situações económicas fragilizadas, não conseguem por si só assegurar o valor de arrendamento da sua habitação; falta apenas referir o Mercado Solidário, este mercado baseia-se na recolha de alimentos doados por clientes e operadores dos mercados de Matosinhos e Angeiras para serem distribuídos a famílias que vivem numa situação de precariedade económica ou a instituições sociais. Promovidas pela Câmara e pelas entidades comunitárias existem duas respostas sociais que exercessem um grande impacto na população matosinhense são elas o Atendimento Integrado e o Banco Concelhio de Ajudas Técnicas. O primeiro concebe-se como uma rede descentralizada de atendimento e acompanhamento social que facilita, através da ligação entre serviços locais distintos, um atendimento de proximidade com as pessoas, uma diminuição do tempo de espera entre o diagnóstico e a resposta ao problema equacionado, assim como respostas de carácter integrado. O Banco de Ajudas Técnicas é um serviço que faculta ajudas técnicas (cadeiras de rodas, camas articuladas, entre outras) designado para pessoas com incapacidade temporária ou permanente e também para pessoas portadoras de deficiência. Sobre esta área resta apenas referir um serviço perpetuado pelas entidades locais, o Apoio Alimentar. Este apoio é destinado a famílias em contexto de vulnerabilidade económica e traduz-se na distribuição de alimentos, por meio de associações ou entidades sem fins lucrativos, na oferta de refeições a um custo simbólico em Instituições Particulares de Solidariedade Social e no acesso a refeições gratuitas em equipamentos de cariz social.

Atendendo à importância em proteger aqueles que são portadores de doenças e/ou que possuem algum tipo de incapacidade existe uma área que se debruça sobre esse problema que investe em serviços e respostas no intuito de agilizar a vida da população

condicionada por estas questões. São eles: o Centro de Leitura Especial Com Imprensa Braille, este é um serviço que possibilita às pessoas com necessidades especiais adquirirem informação e conhecimento autonomamente por meio de suportes especiais, quer magnéticos, quer digitais. A Imprensa Braille proporciona a adaptação, produção e edição de documentos em Braille, de apoio ao ensino e aprendizagem e a atividades culturais e recreativas, este serviço é por si só proporcionado pela Câmara Municipal. No que concerne ao trabalho que é realizado pelas entidades comunitárias o leque de escolhas torna-se um pouco mais vasto, e surgem respostas como o CAO - Centro de Atividades Ocupacionais, que serve para informar, orientar e apoiar jovens e adultos com deficiência, desenvolvendo competências fundamentais para a resolução dos seus problemas, da mesma forma que proporciona atividades de animação sociocultural; como o Serviço de Apoio Domiciliário, que tem o mesmo intuito do Serviço de Apoio Domiciliário para a terceira idade à exceção de que é um serviço para pessoas com deficiência ou incapacidade temporário ou definitiva; os Lares que são desenvolvidos para abrigar jovens e adultos com deficiência que estejam impedidos de habitar no seu meio familiar temporária ou definitivamente; existem também os Centros de Atendimento e Acompanhamento, asseguradas por equipas pluridimensionais que garantem o atendimento, apoio, desenvolvimento de competências e encaminhamento de jovens e adultos surdos.

A área da saúde também mostra grande relevância para o Município de Matosinhos pelo leque alargado de serviços e respostas disponíveis neste âmbito. Perpetuados pela Câmara em conjunto com entidades locais existem medidas de prevenção como os Rastreios, que têm como objetivo descobrir a doença e reconhecer fatores de risco; existe também o Projeto Novas Metas mais direcionado a toxicodependentes que visa a redução de riscos e minimização dos danos proporcionando cuidados de saúde, acompanhamento psicossocial e orientação sócio. Todas as outras respostas nesta área de intervenção são propiciadas pelas entidades comunitárias e são várias. A começar pelos Agrupamentos de Centros de Saúde, mais conhecidos por ACES que consistem na prestação de cuidados de saúde aos cidadãos residentes em Matosinhos, seja de caráter primário ou continuado; por conseguinte, os Cuidados Continuados que viabilizam a autonomia e melhoram a

funcionalidade da pessoa dependente por meio da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social; relevantes também são as Consultas Psicológicas, serviço este de apoio, como o próprio nome indica, psicológico com a pretensão em apoiar a população na melhoria de respostas e estratégias na resolução dos seus problemas pessoais e emocionais, facilitando assim, o bem-estar; o Fórum Sócio Ocupacional direciona-se para as pessoas que sejam portadoras de algum problema psiquiátrico, que tem como objetivo auxiliar a reinserção sociofamiliar e/ou profissional e facilitar a integração em programas de formação ou emprego protegido; neste âmbito existem também as Unidades de Vida Protegida direcionadas para pessoas adultas portadoras de uma condição psiquiátrica grave que consistem na prática da autonomia pessoal; é necessário ainda referir os Centros de Dia para casos de pessoas com Alzheimer (podem não ser centros de dia só para este efeito, mas garantem este serviço) que visam a manutenção das pessoas no seu meio sociofamiliar; e para terminar o leque de opções disponíveis nesta área falta apenas mencionar que existem vários serviços sob a esfera da toxicodependência no âmbito da Prevenção e Tratamento de Dependências, serviços estes contribuem para a melhoria no bem-estar e para a minimização de consequências para a saúde pública, baseiam-se essencialmente em, ações integradas e globais de prevenção, de tratamento, de redução dos riscos e de minimização dos danos subsequentes do consumo de substâncias psicotrópicas.

Em jeito conclusivo da exposição das respostas sociais oferecidas pelo Município de Matosinhos resta apenas abordar a temática do Risco e Perigo. Esta área protege dois grandes grupos marcados por uma vulnerabilidade inerente à sua condição: as crianças e jovens e as mulheres. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – CPCJ é o primeiro exemplo disso, este serviço salvaguarda os direitos e protege as crianças e os jovens em perigo, trabalha também na prevenção ou acaba por atuar em contextos em que a segurança, a saúde, a formação, a educação e o desenvolvimento integral da criança ou jovem estejam comprometidos; existem também os Lares de Infância e Juventude que acolhem crianças ou jovens durante um período de no mínimo seis meses fundamentado pela aplicação de medidas de promoção e proteção; para este efeito existem ainda os Centros de Acolhimento Temporário, este ao contrário do anterior é destinado apenas a

crianças e a duração do acolhimento não pode ultrapassar os seis meses; destinados para o auxílio de jovens que pretendam passar para a vida adulta existem os Apartamentos de Autonomização. Em desígnio das mulheres existem os Centros de Atendimento e Acompanhamento, salvaguardados por uma equipa com profissionais das mais variadas áreas que visam o atendimento, o apoio, o desenvolvimento de competências e o encaminhamento; para mulheres, vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, existem as Casas Abrigo, são locais que acolhem temporariamente vítimas de violência, mulheres, que se vejam impedidas que permanecer na sua residência por motivos de segurança (Cm-matosinhos, S/D).

Todas estas dinâmicas servem para, de um modo geral, atender-se ao modo como as entidades atuam sobre as mais variadas áreas. E, apesar de serem áreas diferentes na sua natureza têm todos objetivos comuns, que fomentam o caráter assistencialista no caminho para a inclusão e para a promoção do bem-estar de todos e de todas.

## **II- PLANO METODOLÓGICO DO ESTUDO**

Neste capítulo pretende-se expor as questões de partida, os objetivos do estágio e o modelo de análise criado para este estudo. E, posteriormente, retratar o percurso metodológico levado a cabo nesta investigação, o método e as técnicas de recolha de informação selecionadas.

### **2.1. Objetivos do Estágio e Modelo de Análise**

Em primeiro lugar, e após alguma reflexão sobre o porquê da escolha não só desta temática, mas também do local onde se pretendia trabalhar concluiu-se que essa opção se deveu com uma curiosidade mais pessoal de como seria trabalhar num contexto muito marcado pela vulnerabilidade económica e social. Claro que a pertinência científica esteve sempre na base deste estudo, mas a vontade pessoal em querer vivenciar esta experiência foi determinante para a escolha da temática desta investigação.

O interesse científico e o olhar sociológico, sob aquilo que se realizava na instituição em resposta às necessidades da comunidade, foram sempre as linhas orientadoras para a estruturação deste trabalho. Ora, se a sociologia é o “*estudo da vida social humana, dos grupos sociais e das sociedades.*” (Giddens, 2009), é necessária para se compreender um qualquer fenómeno sociológico, e este, em específico.

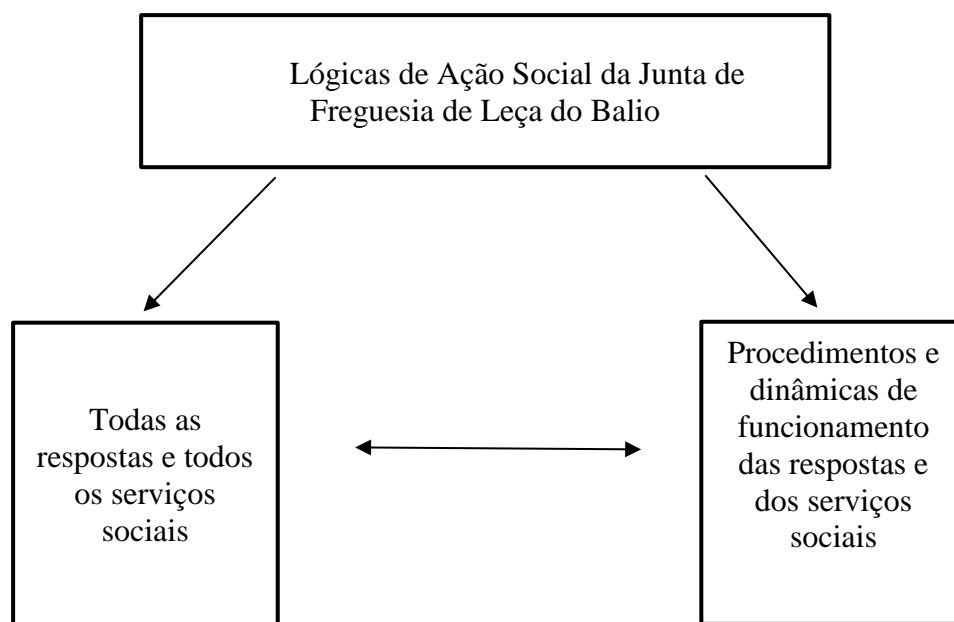
Aqui, o principal objeto de estudo foi, face aos problemas sociais da população, perceber que tipo de respostas existiam para colmatar estes problemas e proporcionar o bem-estar das pessoas. Com base nisto, o passo seguinte marcou-se pela escolha do local onde iria ser estudado este fenómeno. Foi uma escolha facilitada pela familiaridade que tinha com a União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, pelo trabalho voluntário já lá realizado. Como em termos de *timing* não seria possível realizar uma investigação que abarca-se as três Freguesias, optou-se por uma, a Junta de Freguesia de Leça do Balio. A partir da definição destes pontos importantes surgiram naturalmente as seguintes questões de partida: *Quais as lógicas de ação aplicadas pelo gabinete de ação social da freguesia de Leça do Balio?* e *Qual o seu modus operandi?*



Traçadas as questões de partida, delinearam-se os objetivos a serem executados durante o período do estágio curricular, especificamente:

- Recolher informação sobre as lógicas de ação social que existem no concelho de Matosinhos e sobre o estado da arte em geral;
- Observar e participar, quando possível, nas práticas de intervenção do serviço de ação social da Junta de Freguesia de Leça do Balio;
- Analisar as principais respostas e serviços sociais perpetuadas durante o estágio;
- Analisar as dinâmicas dos profissionais (como operacionalizam os vários serviços e o tipo de recursos mobilizados);
- Refletir sobre as características socioeconómicas dos utentes, na generalidade.

A partir destes objetivos foi possível e vantajoso criar o seguinte modelo de análise:



*Figura 1- Modelo de Análise*

Legenda:

- Influência direta
- ↔ Influenciam-se mutuamente

O modelo de análise mostrou-se fundamental para a compreensão das dimensões a analisar. Permitiu assim delimitar desde logo duas dimensões fundamentais: todas as respostas e/ou serviços que o Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Leça do Balio dispunha para a comunidade e o modo como operacionalizava cada uma destas respostas e/ou serviços.

Atendendo à relevância destas dimensões de análise facilmente conclui-se que, através delas seria possível determinar aquilo que na prática é realizado para colmatar determinados problemas sociais com vista à inclusão e a uma melhoria de vida efetiva das pessoas. As tendências atuais das lógicas interventivas dos serviços de ação social, e em particular, da entidade acolhedora.

Desenhado o percurso da pesquisa, revelou-se pertinente a escolha do método e das técnicas de recolha de informação que marcaram este estudo.

## **2.2. Percurso Metodológico, Método e Técnicas**

A discussão sobre a vantagem em utilizar abordagens qualitativas ou abordagens quantitativas ou ambas em conjunto continua a ser muito assídua na pesquisa sociológica.

Não obstante da relevância que caracteriza todos os métodos de pesquisa, optou-se neste caso por seguir o caminho da metodologia qualitativa. Mas, antes de se arquitetar um estudo qualitativo, Creswell (2007) insiste na existência de algumas questões que exigem alguma reflexão: “Quais são as características chave da pesquisa qualitativa; Porque é que os investigadores realizam um estudo qualitativo; O que é necessário para realizar este tipo de estudo; Como é que os investigadores realizam um estudo qualitativo; Que tópicos devem ser abordados num plano ou numa proposta para um estudo qualitativo”.

Denzin & Lincoln (2005) citado por Creswell (2007) acreditam que a pesquisa qualitativa é uma atividade que coloca o observador no mundo. Estes observadores estudam aquilo que pretendem nos seus ambientes naturais, tentando sempre compreender ou interpretar fenómenos segundo o significado que as pessoas lhes dão. E, sendo esta uma definição mais tradicional da pesquisa qualitativa, Creswell (2007) sugere

uma outra conceção: “A pesquisa qualitativa começa com suposições, uma visão do mundo, o possível uso de uma lente teórica e o estudo de problemas de pesquisa que investigam o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar este problema, os pesquisadores qualitativos utilizam uma abordagem qualitativa emergente para investigar a coleta de dados em um ambiente natural sensível às pessoas ou lugares em estudo, a análise de dados que é indutiva estabelece padrões ou temas. O relatório escrito final ou apresentação inclui as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, e uma descrição e interpretação complexas do problema, e estende a literatura ou sinaliza uma chamada de ação”.

Definido aquilo que se entende por pesquisa qualitativa, o próximo passo lógico exigiu uma reflexão sobre todos os procedimentos metodológicos que existem dentro desta metodologia. E, por conseguinte, selecionou-se aquele que melhor se adequava ao estudo em questão de forma a torná-lo exequível. Existem cinco correntes qualitativas distintas, embora possam diferenciar-se de autor para autor, na análise qualitativa: a narrativa, a fenomenologia, a teoria fundada nos dados, a etnografia e, por fim, o estudo de caso (Creswell, 2007).

Dada a natureza deste estudo, a escolha mais lógica seria o estudo de caso. E foi. Esta corrente qualitativa tem toda a pertinência neste contexto pois permitia, segundo Costa (1986) “uma presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e contacto direto com as pessoas e situações”. E assim tornou-se possível reunir informações sobre as dinâmicas do serviço em questão.

Para Firmino da Costa (1986) o investigador no terreno “Observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos. Participa, duma maneira ou doutra, no quotidiano desses contextos e dessas pessoas. Conversa com elas; por vezes entrevista-as mais formalmente. É frequente arranjar “informantes privilegiados”, interlocutores preferenciais com quem contacta mais intensamente ou de quem obtém informações sobre aspectos a que não pode ter acesso directo. Quando existem, procura cartas, diários, registos de actividades e outros documentos pessoais”.

Existem, naturalmente, procedimentos que devem ser tidos em conta quando se elabora um estudo de caso. Robert W. Stake (2005) sugere uma abordagem que incide, num primeiro momento, em perceber até que ponto é que o estudo de caso é o tipo de pesquisa qualitativa que mais se adequa à investigação em causa. Partindo do princípio que sim, a próxima etapa consiste na identificação do caso ou dos casos. Este caso ou estes casos, como refere o autor, podem implicar apenas um indivíduo ou vários, um programa, um evento ou até uma atividade. E, por norma, a recolha de dados no estudo de caso é essencialmente acrescentada, como quem diz, extensa.

Como refere Costa (1986) “Um método é uma estratégia de pesquisa que “organiza criticamente as práticas de investigação”, incidindo nomeadamente sobre a seleção e articulação das técnicas de recolha e análise da informação.”, por isso e seguindo esta linha teórica avizinha-se a importância em selecionar as técnicas de recolha de informação disponíveis, tendo sempre bem presente que, durante o desenho de estudo de caso não é de todo benéfico selecionar apenas uma técnica de recolha de informação, mas sim uma variedade delas de acordo com o tipo de informação que se pretende recolher. Que por sua vez, podem ser aplicadas em simultâneo ou não. António Firmino da Costa ilustra-as ao longo da sua obra intitulada “A Pesquisa de Terreno em Sociologia” (1986): Observação direta, observação participante, recolha de informação documental, entrevistas, inquéritos, testes, participação informal e informantes privilegiados.

Posteriormente, a forma como os dados vão ser tratados e analisados segundo Yin (2003) citado por Creswell (2007) podem resultar em duas formas: podem ser analisados numa perspetiva holística de o caso como um todo ou então pode-se optar por realizar uma análise direcionada para um só aspeto específico do caso.

Já numa fase final do estudo de caso, é exigida uma interpretação daquilo que foi analisado onde o investigador tem que descrever o significado do caso. Lincoln e Guba (1985) citado por Creswell (2007) denominam esta fase como as “lições aprendidas” do caso.

Durante o período do estágio foram apadrinhadas as quatro seguintes técnicas de recolha de informação: observação direta e participante, análise documental, participação informal e o recurso a informantes privilegiados.

A observação participante é uma observação mais “leve” em relação à observação direta propriamente dita. E, permitiu não só apreender como compreender acontecimentos, práticas e narrativas. E se por um lado a presença sistemática no contexto social estudado poderia ter tido um impacto significativo no processo da pesquisa por outro lado, foi determinante para o sucesso da observação. Proporcionando um entendimento bastante completo dos serviços, das respostas, das dinâmicas dos profissionais e das pessoas que recorriam a esta instituição através da observação de ações e verbalizações.

Por sua vez, a análise documental, como por exemplo, a análise de formulários, planos de ação da rede social, documentos, entre outros, propiciou um acesso complementar de informação.

A participação informal caracteriza-se pela importância que tem na pesquisa de terreno. Esta técnica agiliza um ajustamento necessário para minimizar o impacto que o investigador provoca ao interagir com as pessoas. Por isso, esta técnica foi fundamental para se conseguir obter determinadas respostas sem precisar de fazer as perguntas. Permitiu também, normalizar o meu papel como investigadora naquele local e retirar alguma rigidez inerente a este mesmo papel evitando constrangimentos e possíveis vetos de informação.

Para o sucesso não só do estágio, mas também de toda a investigação, uma das técnicas mais recorrentes foi o recurso a uma informante privilegiada, a minha orientadora de estágio, a Dr.<sup>a</sup> Maria João Duarte. É natural, na pesquisa de terreno, que o investigador crie uma relação mais intensa com alguma(s) pessoa(s). E no caso desta pesquisa não foi diferente. Esta técnica possibilitou e agilizou dois pontos muito importantes para esta investigação: por um lado facilitou em larga medida uma compreensão mais eficaz das características do contexto social aqui estudado e, conseqüentemente, dos acontecimentos que iam surgindo ao longo do estágio, e por outro lado, viabilizou o acesso de informações objetivas sobre aquela realidade em questão a que eu não tinha acesso se não desta forma, por exemplo, alguns procedimentos, algumas medidas, entidades capazes de realizar determinadas respostas, entre outras.

É importante terminar este capítulo ressaltando o seguinte: todas estas técnicas

foram essenciais e todas elas potenciaram benefícios incalculáveis para este estudo. Mas todas elas também representaram perigos e dificuldades. Existiram sempre os dois lados da moeda. Todos estes métodos exigiram objetividade e distanciamento. Objetividade naquilo que eu pretendia estudar e distanciamento principalmente nos processos de registo, recolha e análise (Costa, 1986).

### **III- O ESTÁGIO**

Este capítulo debruça-se preponderantemente sobre a realização do estágio em si. Começa por uma exposição sobre a organização acolhedora, neste caso da Junta de Freguesia de Leça do Balio. Depois retrata todas as tarefas que foram realizadas ao longo do período de estágio e termina com uma reflexão sobre o mesmo.

#### **3.1. Organização Acolhedora**

Muito embora este estudo tenha como objetivo analisar o serviço prestado pelo Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Leça do Balio, torna-se muito complicado falar sobre esta Freguesia sem falar da União a que pertence. É de ressaltar que a área da ação social da União funciona como um todo, sendo a maioria das respostas e dos serviços comuns às três freguesias. Existem claro algumas especificidades características do território em que cada uma das freguesias e das diferentes entidades que se encontram sediadas nas mesmas.

A União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões situa-se no Concelho de Matosinhos, Distrito do Porto. A Freguesia de Leça do Balio é limitada pela Freguesia de S. Mamede de Infesta (a este e a sul), pela Freguesia de Custóias (a oeste) e pelo Concelho da Maia (a norte e a este). Através dos censos, no ano de 2011, verificou-se que esta freguesia tem uma densidade populacional que ronda aproximadamente os 17,571 habitantes. E é constituída pelos seguintes lugares: Agrela, Araújo, Arroiteia, Catassol, Custió, Chantre, Fafiães, Gondivai, Goimil, Mainça, Monte da Mina, Monte do Vale, Outeiro, Padrão da Légua, Pintas, Pedregal, Picoutos, Ponte de Moreira, Ponte da Pedra, Queirões, Recarei de Baixo, Recarei de Cima, Rio da Aldeia, Santana, Santeiro, S. Sebastião, Seixo e Souto. O Edifício Administrativo de Leça do Balio localiza-se no Largo do Mosteiro, e proporciona um conjunto de serviços à população, tais como: o Gabinete de Ação Social, Centro de Marcha e Corrida, Atendimento do Presidente, Gabinete de Inserção Profissional e Serviços Administrativos.

Importa agora direcionar as atenções para o GAS - Gabinete de Ação Social. Este

serviço nasce da necessidade em se criar um instrumento de apoio social para a comunidade. Conjuga os seus esforços através de parcerias com organizações e instituições locais mantendo como linhas orientadoras a antecipação, o enfraquecimento e a extirpação de situações de exclusão, promovendo o desenvolvimento social comunitário. Para tal, procede à aplicação de várias respostas e/ou serviços sociais.

Este serviço dirige-se à população em geral residente em Leça do Balio, com especial atenção à comunidade que vive em situação de risco e/ou exclusão social e pauta-se por uma intervenção multidisciplinar, profissional e sustentável. Este trabalho rege-se pela consolidação de princípios essenciais à integração social e económica da pessoa, da família e até da comunidade, princípios estes marcados por alguns ideais: a importância do território como meio de atuação, onde se identificam problemas e recursos concretos para se ensaiarem e desenvolverem práticas de intervenção eficazes; o acento tónico sempre colocado na urgência da prática da integração e da articulação entre as entidades e organizações locais; a importância do dinamismo e da inovação na aplicação de medidas sociais; e por último, a persistência no desenvolvimento social como resultado de um procedimento regido pela participação, não apenas das populações, mas também das entidades locais.

Quase a finalizar este ponto, é relevante clarificar que este organismo local de setor público está concebido para várias finalidades sociais que requerem um planeamento cauteloso de combate à pobreza e à exclusão social, promovendo a mudança e protagonizando o desenvolvimento local (União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, s/d).

### **3.2. Tarefas Desenvolvidas**

O estágio teve início no dia 22 de janeiro de 2018 e terminou no último dia do mês de maio do mesmo ano, o que equivaliu a 560 horas de trabalho. Como de certa forma já estava familiarizada com a instituição, o objetivo delimitado deste logo pela minha orientadora de estágio e por mim foi desempenhar um papel ativo nas tarefas quotidianas desta entidade. Visto que uma das minhas questões principais de análise era perceber o



*modus operandi* dos serviços que a organização em questão dispunha, fazer parte e participar nestes serviços seria um bom ponto de partida para conseguir alguns resultados.

E assim foi:

- Participei em todas as tarefas que operacionalizavam o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas tanto ao nível prático como burocrático e administrativo;
- Criei um instrumento de trabalho<sup>1</sup> intitulado “Prevenção do Desperdício Alimentar- Cozinhar e Armazenar os Produtos de Forma Cuidada” com o objetivo facilitar a operacionalização das ações de acompanhamento decorrentes do Programa acima descrito;
- Realizei duas dessas ações de acompanhamento<sup>2</sup> com algumas das famílias;
- Realizei um curso de Formação Profissional de Armazenamento a Frio e Congelação de Alimentos<sup>3</sup> com a duração de cinco horas realizado pelo CEPSA (Centro de Formação Profissional para o Setor Alimentar), também no âmbito da operacionalização do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas;
- Estive presente e observei várias visitas domiciliárias, de quatro casos diferentes, no âmbito de uma medida que articula os serviços da PSP – S. Mamede Infesta com os serviços de ação social da Junta de Freguesia de Leça do Balio, que visa o acompanhamento de idosos em situação de isolamento;
- Observei inúmeros atendimentos realizados pela Dr.<sup>a</sup> Maria João Duarte, assistente social da Junta de Freguesia de Leça do Balio, a pessoas da comunidade local que se dirigiam a esta instituição à procura de respostas e/ou orientações, fundamentalmente de carácter económico e/ou social;

---

<sup>1</sup> Anexo 1 - Instrumento de trabalho criado para a realização das ações de acompanhamento

<sup>2</sup> Anexo 2 - Fotografias e Planos das formações para as ações de acompanhamento

<sup>3</sup> Anexo 3 - Certificado da formação

- Assisti a três reuniões da Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio no âmbito da Rede Social de Matosinhos, reuniões estas que se realizaram no Edifício Administrativo de Leça do Balio;
- Observei também vários atendimentos no âmbito do GIP- Gabinete de Inserção Profissional realizados pela Dr.<sup>a</sup>. Margarida Roque técnica competente deste serviço onde essencialmente se trabalhou a procura ativa de emprego e formação profissional;
- Não posso terminar esta exposição sem referir que o processo de análise esteve presente, assim como o de reflexão, durante todo o período de estágio e mesmo após o seu término. Todas as tarefas acima descritas foram realizadas, analisadas e claro alvo de uma reflexão. Primeiro da tarefa em si e depois, naturalmente, do estágio como um todo.

### **3.3. Reflexão Sobre o Estágio**

Se, em tempos primeiros, a sociologia era uma disciplina que dedicava muitos dos seus esforços à pesquisa e à investigação científica, atualmente já existem muitos sociólogos que exercem a sua atividade fazendo parte de equipas multidisciplinares que intervêm nos mais variados contextos: autarquias, empresas, serviços públicos, entre outros (Costa, 2009). Por isso a primeira reflexão deve-se ao fato de não existir nenhum sociólogo na equipa de ação social, que até é bastante heterogenia e composta por elementos das mais variadas áreas como recursos humanos, serviço social, psicologia e ciências de educação. Então, porque não um sociólogo?

Todas as tarefas realizadas ao longo do estágio traduziram-se em aprendizagem e desenvolvimento profissional. Mas cada uma permitiu-me aprender algo de muito concreto. Todo o processo de operacionalização do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, possibilitou uma perceção daquilo que implica trabalhar com um programa daquela dimensão e ganhar métodos de trabalho. E, as ações de acompanhamento às famílias foram também uma das tarefas mais importantes: primeiro porque foi-me possível criar um instrumento de trabalho e isso foi muito enriquecedor

profissionalmente permitindo-me exercer um papel ativo no trabalho que ali se desenvolvia. Depois, a realização das ações em si foram tão desafiantes como enriquecedoras, não podendo esquecer o fato daquelas pessoas serem obrigadas a estarem presentes nestas sessões, o que trouxe consigo, passo a redundância, um pau de dois bicos, existiram pessoas que efetivamente participaram e acharam pertinente a exposição que foi realizada, felizmente a maior parte, mas também existiu uma minoria que não. E esta oportunidade permitiu uma gestão de ambas as situações.

As visitas domiciliárias, traduziram-se inevitavelmente numa das experiências mais enriquecedoras em que tive oportunidade de participar. Proporcionou-me a aprendizagem de estratégias que jamais iria ter oportunidade de aprender se não fosse nestas circunstâncias. E presenciei as dificuldades que transportam trabalhar com este tipo de questões, a todos os níveis. É, sem dúvida, um trabalho que exige muita perseverança e dedicação.

As reuniões da Comissão Social de Freguesia, facultaram-me a satisfação em conhecer de perto as várias entidades que existem em Leça do Balio e o tipo de respostas e/ou serviços sociais que estas garantem à comunidade local. E, se por um momento achei muito importante o trabalho que cada uma fazia, quando me deparei com o trabalho que poderiam fazer em conjunto fiquei ainda mais surpreendida.

Sendo um dos principais objetivos deste estágio conhecer as principais respostas e serviços cedidos, na área de ação social, pela Junta de Freguesia de Leça do Balio a tarefa que melhor me permitiu tirar algumas conclusões acerca desta questão foi a observação de vários atendimentos no âmbito da medida “Atendimento Integrado”, adotada pela Camara Municipal de Matosinhos. Foram uma mais valia porque para além de ficar a conhecer os serviços disponibilizados pela instituição acolhedora, possibilitaram-me ficar com uma noção muito clara das principais respostas sociais que existem ao nível do Concelho. Mas, para além de todo este conhecimento técnico, permitiu-me também entender a complexidade que é fazer estes atendimentos. Os profissionais que trabalham com estas questões, deparam-se com todo o tipo de situações, umas mais e outras menos delicadas, que por si só exigem uma preparação mínima para o inesperado e a sabedoria para agir (melhor) perante o inesperado. Isto pode por si só, ser um dos maiores desafios

profissionais daqueles que trabalham com pessoas e contextos mais marcados pela vulnerabilidade social.

Numa primeira fase do estágio deparei-me com algumas dificuldades na linguagem que era utilizada e isso exigiu que naturaliza-se alguns termos e alguns conceitos com que não estava familiarizada. Uma vez que consegui ultrapassar essa barreira foi-me facilitada a aplicação de todos os saberes teóricos aprendidos essencialmente durante o mestrado em sociologia, mas também durante a licenciatura em criminologia.

A adaptação ao meio foi relativamente fácil pelo fato de eu já estar familiarizada com a instituição pelo trabalho voluntário que já lá tinha realizado. Fato que também foi determinante no papel ativo que tive durante o período de estágio e que me permitiu estar efetivamente em contato com o mundo do trabalho.

## **IV- RESULTADOS**

No decorrer do estágio foi possível obter instrumentos e conhecimentos que respondem à primeira questão de partida desta investigação. Afinal, quais são as respostas e/ou serviços sociais que a Junta de Freguesia de Leça do Balio disponibiliza à comunidade? Com este capítulo pretende-se enumerar as lógicas de ação aplicadas e em que cada uma consiste.

### **4.1. Lógicas de Ação Social Aplicadas pela Junta de Freguesia de Leça do Balio**

Como primeira lógica de atuação surge o PO APMC- Programa Operacional da Apoio às Pessoas Mais Carenciadas. O FEAC - Fundo de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas foi estabelecido pelo Regulamento (EU) n.º 223/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014 para o período abrangido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2020. Posteriormente, para a implantação do FEAC em Portugal, foi autorizado, pela Portaria n.º 190-B/2016, de 26 de junho, alterado pela Portaria n.º 51/2017, de 2 de fevereiro, o Regulamento Geral deste Fundo sendo homologada a regulamentação específica do PO APMC. Esta regulamentação precisa as normas de acesso para a aquisição e distribuição de géneros alimentares ou bens de primeira necessidade. Esta medida propõe apoiar a operacionalização da distribuição de bens alimentares ou de primeira necessidade às pessoas mais fragilizadas económica e socialmente através de organizações parceiras, públicas ou mesmo privadas, como visa também apoiar o desenvolvimento de ações de acompanhamento com vista à inclusão (Seg-Social, 2018). Este é um programa com duração máxima de 27 meses e teve início, nesta organização, em outubro de 2017. A instrumentalização do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas é pautada pela distribuição de cabazes alimentares a famílias, residentes em Leça do Balio, que se encontram numa situação precária, e pelo desenvolvimento de duas ações de acompanhamento de forma a favorecer a inclusão de

todos aqueles que são abarcados por este programa. Estas duas ações intitulam-se: “Prevenção do Desperdício Alimentar – Cozinhar e Armazenar os Produtos de Forma Cuidada” e “Otimização da Gestão do Orçamento Familiar- Como Alocar o Rendimento das Pessoas”. Todas estas sessões têm que ser obrigatoriamente comunicadas à Segurança Social, antes da sua realização, visto que estão sujeitas a uma fiscalização.

Uma outra lógica de ação prende-se com o trabalho desenvolvido pela Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio no âmbito do programa da Rede Social. A Rede Social foi concebida em finais de 1997 pela Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, com a intenção de promover a formação de redes de apoio social integradas localmente, a fim de suprimir a pobreza e promover o desenvolvimento local (Núcleo da Rede Social, 2001). É um programa que visa incitar os organismos do setor público, instituições solidárias e outras entidades que intervêm na área da ação social a unificarem os seus recursos no intuito de *“prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria”* (Seg-Social, 2014). Este trabalho em rede e da Rede não é um apoio social. Serve sim, para garantir direitos semelhantes aos de uma prestação social, possibilitando uma adaptação mais eficaz e uma melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados aos cidadãos de um modo geral e em especial para os cidadãos que enfrentam situações que os tornam mais fragilizados socialmente. Para esse efeito, a Rede Social aposta na intervenção feita em parceria, efetiva e dinâmica, que tem como objetivo a construção de um plano estratégico interventivo social e local que reúne os recursos dos vários agentes. A par disso, rege-se pelos objetivos seguintes:

- *“Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;*
- *Promover o desenvolvimento social integrado;*
- *Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;*
- *Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI);*

- *Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;*
- *Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;*
- *Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.” (Seg-Social, 2014).*

Os objetivos da Rede Social são executados através das Comissões Sociais de Freguesia, que organizam e coordenam a intervenção social na Freguesia, e dos Concelhos Locais de Ação Social, que definem e aprovam as linhas de intervenção social do concelho, criando plataformas de planeamento e coordenação de intervenção social. Pensando nestes dois órgãos de atuação como se de uma hierarquia se tratasse, os Concelhos Locais de Ação Social estariam acima das Comissões Sociais de Freguesia, visto que numa primeira fase são homologadas as linhas de intervenção Concelhias e só a partir daqui são organizadas as intervenções ao nível das Freguesias. As Comissões guiam-se por uma metodologia de intervenção que se pauta pelo diagnóstico local, pela construção de um plano de ação, pela sua implementação e por último pela avaliação do plano estruturado. São também responsáveis por:

- *“Aprovar o seu regulamento interno;*
- *Sinalizar as situações mais graves de pobreza e exclusão social existentes na freguesia e definir propostas de actuação a partir dos seus recursos, mediante a participação de entidades representadas ou não na comissão;*
- *Encaminhar para o respectivo CLAS os problemas que excedam a capacidade dos recursos da freguesia, propondo as soluções que tiverem por adequadas;*
- *Promover mecanismos de rentabilização dos recursos existentes na freguesia;*
- *Promover a articulação progressiva da intervenção social dos agentes da freguesia;*
- *Promover acções de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência colectiva dos problemas sociais;*

- *Recolher a informação relativa aos problemas identificados no local e promover a participação da população e agentes da freguesia para que se procurem, conjuntamente, soluções para os problemas;*
- *Dinamizar a adesão de novos membros.”* (Decreto-Lei n.º 115/2006).

A Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio é composta por 23 entidades sediadas em Leça do Balio que unem recursos de modo a agirem intervindo sobre as fragilidades e as vulnerabilidades locais. E, a decisão de colocá-la aqui como uma resposta do gabinete de ação social desta mesma Freguesia parte de duas questões importantes: a primeira advém do fato da dinamizadora desta Comissão ser a Dr.<sup>a</sup>. Maria João Duarte, assistente social da Freguesia de Leça do Balio e isso leva a que o papel desta técnica seja bastante proativo nesta matéria. A segunda questão tem que ver com as ações que resultam desta Comissão. Todos os anos é estruturado um plano de ação que serve como ferramenta de apoio social no combate dos problemas que marcam a comunidade. Este plano é desenhado e depois aplicado através da cooperação e parceria das 23 entidades que fazem parte desta Comissão Social, são elas: ADSL - Associação Desportiva Sentido Livre; Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua; APDI- Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino, Doença de Crohn e Colite Ulcerosa; APOFEN – Associação Portuguesa de Fenilcetonúria e outras Doenças Metabólicas; Associação Semente; Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Leça do Balio; Centro Cultural Desportivo Recreativo e Social de Leça da Balio; Centro Social de Leça do Balio; Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua; Comunidade Terapêutica da Ponte da Pedra; Conferência Vicentina do Senhor Jesus do Padrão da Légua; Conferência Vicentina S. Pedro do Araújo; Conferência Vicentina Santa Maria de Leca do Balio; Desportivo de Leça do Balio; Liga dos Combatentes; Matosinhos Habit; Município de Matosinhos; O Lar do Comércio; PSP – S. Mamede Infesta; Rotary Clube de Leça do Balio; ULSM, EPE- Centro de Saúde de S. Mamede Infesta; União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões; GIP- Gabinete de Inserção Profissional. Ora, esta entidade também faz parte desta Comissão e por isso também existem ações a seu cargo que devem ser referidas, seja como entidade responsável ou como entidade envolvida:



- *“Publicar e divulgar as iniciativas da Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio na newsletter/ páginas das entidades parceiras;*
- *Colocação de 6 adultos em programas ocupacionais/voluntariado/formação nas instituições parceiras;*
- *Dar continuidade à implementação do projeto PIES (Projeto de Integração Escolar e Social) abrangendo 150 alunos/ ano letivo;*
- *Realização de uma iniciativa para angariação de bens alimentares para distribuir pelas famílias mais carenciadas;*
- *Realização da Semana Solidária para distribuição de bens essenciais para a população mais vulnerável;*
- *Realização de iniciativas que promovam apoio financeiro para pessoas com doença metabólica/ doentes com necessidade de ajudas de custos (para deslocação a consultas de nutrição, realização de exames e análises);*
- *Aplicação de questionário para levantamento de situações de indivíduos portadores de deficiência/incapacidade não integrados em resposta social,*
- *Atualização da base de dados dos idosos isolados criada pela Comissão Social de Freguesia;*
- *Realização de sessão anual sobre burlas e perigos associados ao isolamento destinada aos idosos identificados na base de dados criada pela Comissão;*
- *Realização de workshops sobre alimentação saudável tendo em conta a dieta Hipo proteica associada a doenças do metabolismo das proteínas;*
- *Dinamização da semana “Viver com Saúde” de forma a promover a adoção de hábitos de vida saudáveis;*
- *Dinamização de uma ação de arte urbana nos suportes do conjunto habitacional do Manso para uma maior integração dos residentes na comunidade.” (Plano de Ação, 2018<sup>4</sup>)*

Todas as ações são pensadas em função das problemáticas e das necessidades da comunidade residente em Leça do Balio.

---

<sup>4</sup> Anexo 4 – Plano de ação 2018 da Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio

Ainda no âmbito da Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio existe uma parceria entre a PSP- S-Mamede de Infesta e o Serviço de Ação Social da Junta de Freguesia acima mencionada. Esta parceria é marcada essencialmente pelo acompanhamento de idosos que se encontram em situação grave de isolamento identificados pela própria Comissão. Acompanhamento este assente em múltiplas visitas domiciliárias. O objetivo é acompanhar os idosos e tomar diligências quando isso se justifica, promovendo o bem-estar dos mesmos.

Neste role de exposição dos resultados deste estudo eis que surge o Banco Concelhio de Ajudas Técnicas. Este serviço foi criado para resolver os numerosos casos de dependência física que marcam o Município de Matosinhos e consiste na existência de uma base de dados informática para simplificar o trabalho da Rede Social e em rede. Por vezes, adquirir uma ajuda técnica, seja ela uma cadeira de rodas, uma cama articulada ou um colchão anti escaras provoca muitos constrangimentos para as famílias ou instituições de solidariedade que dela ou delas necessitam e por isso a Autarquia de Matosinhos decidiu engendrar um Banco Concelhio de Ajudas Técnicas. O objetivo é essencialmente conhecer-se o material que existe ao nível do Concelho. Para esse efeito foi formulada uma base de dados de stock de Ajudas Técnicas que todas as entidades envolvidas possuem. A pertinência em ter colocado este serviço como resposta do Gabinete de Ação Social de Leça do Balio resulta do fato de esta ser uma das entidades presente nesta rede de parcerias e por isso, está inserida na base de dados acima referida. Deve-se ter em atenção que este serviço dirige-se à população residente no Concelho de Matosinhos, que se encontra em situação de precariedade económica e que necessita que adquirir algum tipo de ajuda técnica (cm-matosinhos, 2014).

Outro serviço que esta instituição tem ao dispor da comunidade é o Atendimento Integrado. Este tipo de reposta está na linha da frente no combate a situações de pobreza e de exclusão social, através de um trabalho em rede e de proximidade. Esta medida resulta da Agenda Social Europeia e leva em consideração um conjunto de objetivos comuns defendidos pelo Concelho Europeu de 2006, no que concerne à proteção e inclusão social: “(a) *Promover a coesão social e a igualdade de oportunidades para todos, através de políticas de inclusão social e sistemas de protecção social adequados,*

*acessíveis, financeiramente viáveis, adaptáveis e eficientes; (b) Interagir de perto com os objetivos de maior crescimento económico e mais e melhores empregos fixados em Lisboa e com a estratégia de desenvolvimento sustentável da EU; (c) Reforçar a governação, a transparência a participação dos agentes relevantes na concepção, aplicação e acompanhamento das políticas.”* (PNAI, 2006). O que se pretende com esta medida é descentralizar e desburocratizar os atendimentos à população, permitindo otimizar recursos no atendimento e acompanhamento das pessoas. Perante o Atendimento Integrado podem resultar três situações: um processo de acompanhamento por parte da técnica responsável, neste caso pela Dr.<sup>a</sup>. Maria João Duarte quanto esta possui os recursos necessários para esse efeito, pode resultar na orientação e posteriormente na articulação com outras instituições que possam dar resposta ao problema de uma forma mais eficaz ou ainda as duas podem existir em simultâneo. Um exemplo muito prático de cada situação: um utente recorre a este serviço porque precisa de uma cadeira de rodas mas não possui poder económico para o fazer, neste caso imaginemos que no âmbito do Banco de Ajudas Técnicas a Junta de Freguesia de Leça do Balio possuía uma cadeira de rodas em armazém que não estava a ser utilizada, seria a técnica acima mencionada que acompanharia o processo porque teria recursos para o fazer e conseguindo dar uma resposta a este problema; imagine-se agora um segundo cenário, um utente recorre ao serviço de atendimento integrado porque se encontra numa situação grave de défice de recursos monetários e precisa de algum tipo de apoio económico, neste caso e como esta entidade não pode apoiar economicamente as pessoas a solução seria orientar a pessoa para o serviço a que se deve dirigir, por exemplo, à Segurança Social e tentar articular com o mesmo a fim de agilizar a resolução do problema; imaginaremos ainda um terceiro cenário em que a pessoa afirma precisar de uma cadeira de rodas porque não consegue suportar essa despesa e ao longo do atendimento consegue-se ainda perceber que esta pessoa vive numa situação muito precária e precisa de apoio económico, neste caso as duas respostas complementam-se, o utente seria encaminhado para a instituição que melhor o ajudaria a resolver o problema económico em que se encontra e a técnica superior de ação social da Junta de Freguesia de Leça do Balio iria fazer o acompanhamento do processo e resolver a questão da ajuda técnica.

Prosseguindo com a exposição dos resultados deste estudo é a vez de reportarmos o GIP- Gabinete de Inserção Profissional, que apesar de ser um serviço disponibilizado pelo IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional, é promovido pela área de ação social da Freguesia de Leça do Balio. O seu objetivo geral é ministrar algum apoio a jovens e adultos que se encontrem em situação de desemprego, na sua trajetória de inserção ou então reinserção no mercado de trabalho. O trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Inserção Profissional incide essencialmente sobre as seguintes questões: procura ativa de emprego e desenvolvimento do empreendedorismo; divulgação de ofertas de emprego e auxílio à colocação; divulgação de medidas de apoio ao emprego e formação profissional; controlo da presença periódica dos beneficiários de prestações de desemprego; entre outras atividades que sejam consideradas pertinentes na área do emprego, na ajuda à inserção ou reinserção profissional dos desempregados (IEFP, S/D). A ideia do GIP é apoiar a procura de emprego e a formação profissional de uma forma mais próxima da comunidade local e descentralizada.

## **4.2. *Modus Operandi***

Cada serviço ou resposta social exige um procedimento e uma dinâmica de funcionamento muito própria e por isso, neste capítulo, pretende-se analisar cada uma individualmente.

### **4.2.1. Operacionalização do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas**

Esta é uma medida que exige muito da equipa de ação social, tanto ao nível físico como burocrático. E cinge-se pelo seguinte:

- Em primeiro lugar é necessário receber os produtos alimentares congelados destinados às famílias protegidas no «nosso» armazém. A entidade mediadora que fornece estes alimentos, neste caso, o Banco Alimentar, para outras entidades pode não o ser, marca uma data e procede à entrega dos mesmos. No caso dos produtos secos (enlatados, massa, arroz) a equipa é

que se dirige ao armazém da entidade mediadora e traz o produto para o «nosso» armazém. Fala-se de quantidades consideráveis de alimentos, dado que este programa assegura cerca de 50% das necessidades alimentares de cada pessoa, e como é uma medida aplicada em toda a União das Freguesias abrange aproximadamente 800 pessoas (este é um dos serviços realizados por toda a equipa de ação social, numa primeira parte em conjunto e depois mais individualmente). Toda a equipa de ação social, como já foi mencionado, junta-se, recebe o produto, conta-o e condiciona-o de forma a manter a sua qualidade. É sempre assinada uma guia, onde os valores dos produtos entregues têm que estar de acordo com as contagens realizadas aquando da receção dos mesmos. Esta última parte é muito importante para a concretização do passo seguinte;

- Este programa exige que sejam emitidas credenciais para todos os agregados familiares abrangidos por esta medida. Este é então o passo seguinte. Nestas têm que estar discriminadas as quantidades de cada produto que cada família recebe em determinada entrega e têm que ser assinadas por quem levanta o cabaz alimentar. Em todas as entregas a equipa tem de fazer novas credenciais porque o programa assim o exige;
- Segue-se a elaboração dos cabazes alimentares. É realizado anteriormente um mapa para a elaboração dos cabazes que indica a quantidade de produtos que cada família recebe em determinada entrega. Esta quantidade varia consoante a tipologia da família (número de elementos que constituem o agregado familiar). Esta distribuição não é de todo decidida pela entidade que distribui os cabazes alimentares, mas sim pelo Programa em si, que tem todas estas questões salvaguardadas em regulamento; Esta tarefa é realizada por toda a equipa de ação social da União em conjunto, mas aqui já se separam os agregados familiares por Freguesia de residência sendo que a distribuição é realizada, por norma, em três dias diferentes, um dia para cada uma das três Freguesias;

- Depois de elaborados todos os cabazes seguia-se a sua distribuição. A distribuição é feita em três dias diferentes, como já foi mencionado. Por norma, é realizada da seguinte forma: o primeiro dia de entregas destina-se às famílias de Leça do Balio, o dia seguinte às famílias de Guifões e o terceiro dia às famílias de Custóias. As pessoas deslocam-se ao armazém onde são elaborados os cabazes, identificam-se, assinam as credenciais e levantam os respetivos cabazes alimentares;
- Ainda sobre a distribuição é necessário ressaltar que este Programa exige ainda que a União garanta entregas ao domicílio a 10% dos destinatários abrangidos pelo mesmo. Estas entregas são realizadas a famílias de Leça do Balio por serem as que se encontram a uma distância maior do local onde se realizam as entregas dos cabazes alimentares;
- Entregues todos os cabazes e assinadas todas as credenciais o próximo passo incide-se sobre fato de ser necessário inseri-las na plataforma informática do Programa. Para isto é necessário digitalizar todas as credenciais, zipá-las e inseri-las no sistema. Esta tarefa é realizada por cada técnica ou equipa, de cada freguesia separadamente, que se responsabilizam pelas credenciais das famílias que residem nas respetivas localidades, ou seja, a técnica de Leça do Balio trata das credenciais das famílias que residem em Leça do Balio, a Técnica de Custóias das famílias que residem em Custóias e as técnicas de Guifões tratam das credenciais dos agregados familiares que residem em Guifões;
- A operacionalização deste programa não se cinge apenas pela distribuição de produtos alimentares exige também a realização de ações de acompanhamento com as pessoas protegidas. Neste âmbito existem duas ações intituladas: “Prevenção do Desperdício Alimentar – Cozinhar e Armazenar os Produtos de Forma Cuidada” e “Otimização da Gestão do Orçamento Familiar- Como Alocar o Rendimento das Pessoas”, este último é um tema trabalhado e exposto pela Dr.<sup>a</sup> Beatriz Babo, técnica do Gabinete de Inserção Profissional de Guifões que já havia trabalhado este tema noutros

âmbitos. O primeiro tema é levado à prática por toda a equipa de ação social da União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões. Todos os elementos de todos os agregados familiares são obrigados a assistir a estas duas ações e não apenas os titulares. São idealizadas turmas para este efeito, e isso em termos práticos quer dizer que tem que ser realizada uma mesma ação mais dado que este Programa abrange um número considerável de pessoas;

- É preciso ressaltar que as famílias abrangidas por este programa nesta entidade chegam até à mesma através dos respetivos técnicos gestores. Todas as famílias que fazem parte deste Programa têm obrigatoriamente que ter um técnico gestor atribuído pela Segurança Social. A par disto, e pelo trabalho em articulação à partida, os técnicos sabem que União garante às pessoas este tipo de resposta. Por isso, se de fato a pessoa ou a família apresenta um franco défice económico, se existirem vagas para o Programa (caso contrário existe uma lista de espera) e as mesmas residirem numa das três Freguesias que fazem parte da União podem ser salvaguardadas por esta medida.

#### **4.2.2. Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio**

A Comissão Social de Freguesias segue um ciclo metodológico *standard*. Todos os anos inicia-se e termina-se um novo ciclo, onde são realizadas reuniões mensais com as entidades que a constituem que resultam na criação e aplicação de medidas sociais para a comunidade. As convocatórias para estas reuniões, as dinamizações e as atas são sempre realizadas pela dinamizadora da Comissão Social de Freguesia, Dr.<sup>a</sup>. Maria João Duarte, Assistente Social da Junta de Freguesia de Leça do Balio. Anualmente, a Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio cumpre a seguinte metodologia:

- Primeiro, é realizado um Diagnóstico Social, onde é integrada a avaliação do ciclo anterior para que a partir daqui seja possível priorizar intervenções;
- Depois, é construído um Plano de Ação. Neste plano têm que estar explicitadas as ações que vão ser aplicadas nesse ano, os seus objetivos, o

cronograma, os parceiros responsáveis e os parceiros envolvidos em cada ação e os recursos necessários para a sua implementação (recursos internos ou externos). Devido ao período deste estágio se enquadrar aquando da altura de estruturação do Plano de Ação para 2018 permitiu ter uma noção muito real da forma como este passo é executado na prática. Deste fato, sobressaem duas questões muito interessantes: perante o Diagnóstico, algumas entidades levaram para as reuniões ideias de ações para implementar e partir daqui, com a ajuda de outras entidades foi ou não possível passá-las ao plano e surgiram novas ideias em seio de Comissão. Este passo pode ocupar entre duas a três reuniões. Construído o Plano de Ação para 2018, segue-se o patamar seguinte;

- Implementação do Plano de Ação, a esta altura já todo o plano está idealizado e todas as ações planificadas cronologicamente. Começa-se então a implementação das ações do plano. Durante todo este período, as reuniões mensais servem para se discutir os pontos fortes, para se refletir sobre o que se tem que melhorar, sobre a adesão dos públicos e outras questões pertinentes da ação e/ou ações que foram implementadas;
- Em último, mas não menos importante é elaborada uma avaliação do plano de ação. Esta avaliação segue determinados critérios de avaliação indicadores de resultados, onde se verifica a eficácia e o impacto que aquele plano teve na e para a comunidade.

No âmbito ainda da Comissão Social de Freguesia existe também uma parceria, já aqui mencionada, entre a PSP- S. Mamede Infesta e o Gabinete de Ação Social da Junta de Leça do Balio que visa proteger idosos que vivam em situação de isolamento. Esta parceria é essencialmente marcada por visitas domiciliárias a estes idosos de forma a acompanhá-los e se necessário tomar medidas para garantir a sua segurança e bem-estar. Este acompanhamento também segue alguns passos importantes:

- Em primeiro lugar, os idosos têm que estar sinalizados na base de dados criada pela Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio. Estas sinalizações são resultado de queixas diretamente feitas na PSP- S. Mamede



Infesta, no Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Leça do Balio ou mesmo em qualquer outra entidade local que intervenha na área de ação social. Esta parceria só é possível quando ao idoso em questão não lhe tiver sido atribuído até à data nenhum técnico gestor, caso contrário a Dr.<sup>a</sup>. Maria João Duarte não pode intervir porque não se pode sobrepor ao trabalho de um profissional, que á priori, já está a par daquela situação;

- Partindo do pressuposto de que o idoso não tem um técnico gestor atribuído, a equipa articula entre si, conjuga agendas e passa então à primeira visita domiciliária. Esta visita serve essencialmente para se perceber até que ponto aquela visita tem fundamento ou não e se justifica ainda, existir um acompanhamento. Recorrem também, a par disto, a informantes privilegiados de modo a conseguirem adquirir algumas informações complementares sobre aquela situação especificamente, podem ser vizinhos, família, ou outros profissionais que esteja a par dos acontecimentos. Imagine-se que realmente se justifica o acompanhamento a este idoso, o que acontece a seguir?
- Deste fato podem surgir várias situações: o idoso pode ter que ser retirado do local onde reside por estar em risco pelos mais variados motivos ou então o idoso necessita de acompanhamento regular para garantir a sua proteção, ou então pode precisar de outro tipo de respostas, mais direcionadas, mais abrangentes, entre outras. Cada caso reporta algo diferente, mas em todas as situações exerce-se o recurso a visitas domiciliárias e a várias fontes de informação (vizinhos, familiares, amigos, médicos de família, entre outros). Posto isto, faz-se uma triangulação das fontes para se chegar ao objetivo inicial desta medida.

#### **4.2.3. Banco Concelhio de Ajudas Técnicas**

O Banco Concelhio de Ajudas Técnicas é um serviço acionado para casos em que adquirir uma ajuda técnica, seja ela qual for, provoque constrangimentos resultado de

uma falta de recursos para este efeito. Então, quando um utente se dirige ao Gabinete de Ação social desta autarquia a apresenta este problema sucede-se o seguinte:

- Primeiro é realizada uma avaliação da situação económica do requerente, esta avaliação é calculada em função das despesas e dos rendimentos do mesmo. Se estiver dentro dos parâmetros procede-se ao passo seguinte;
- A procura da ajuda técnica que o utente necessita. Existe uma base de dados de stock das ajudas técnicas que todas as entidades da Rede Social têm a seu dispor. Efetua-se uma pesquisa e daqui podem surgir três resultados: a Junta de Freguesia de Leça do Balio pode ter esta ajuda técnica necessária em stock ou mesmo uma das outras duas Freguesias que constituem a União, pode uma outra entidade da Rede Social de Matosinhos ter o material que o utente requereu e sendo assim entra-se em contato com a mesma, ou então não existe de todo essa ajuda técnica em stock e o Banco Concelhio de Ajudas Técnicas neste caso não consegue solucionar o problema. Tenta-se, nestes casos, envergar por outros caminhos. Uma alternativa pode ser a compra dessa ajuda técnica visto que atualmente a União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões tem a seu cargo um fundo monetário de emergência para situações que se justifiquem;
- Se o resultado foi uma das duas primeiras opções, efetua-se então o empréstimo da ajuda técnica em questão. Se esta se encontrar no armazém da Junta de Freguesia de Leça do Balio ou numa das outras duas Freguesias da União é celebrado um contrato com o requerente que salvaguarda o fato da ajuda técnica ter que ser devolvida à entidade quando já não se justificar a sua necessidade. Se o requerente for encaminhado para outra entidade todo o processo é realizado pela mesma.

#### **4.2.4. Atendimento Integrado**

O atendimento integrado é um serviço descentralizado que permite um trabalho de proximidade e em rede na otimização de recursos. E é operado da seguinte forma:

- Primeiro, o utente dirige-se aos serviços administrativos da Junta de Freguesia de Leça do Balio para marcar um atendimento com a Dr.<sup>a</sup>. Maria João Duarte, técnica superior de ação social;
- Posteriormente, durante o atendimento, podem surgir três situações: o processo irá ser acompanhado pela técnica acima mencionada, o processo pode ter que ser encaminhado para outra entidade ou poderão acontecer as duas situações em simultâneo;
- Se a instituição onde foi realizado o estágio conseguir assegurar recursos para garantir uma resposta adequada ao problema apresentado, então o processo de acompanhamento será feito nesta mesma entidade. Surgiram muitos casos em que as pessoas procuraram apenas algumas orientações;
- Se o Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Leça do Balio não tiver ao seu alcance recursos para conseguir responder a determinado problema, então articula-se com os serviços que podem efetivamente atuar sobre o problema e o utente é orientado nesse sentido. Isto acontece quando, por exemplo, as pessoas necessitam de algum tipo de apoio monetário;
- Existem ainda casos onde se justifica o recurso a estas duas soluções em simultâneo, como já foi exemplificado anteriormente. Nestes casos o processo é acompanhado pela entidade acolhedora e é encaminhado também para determinados serviços que necessitam de ser acionados para uma melhor e mais eficaz solução do problema apresentado.

#### **4.2.5. GIP- Gabinete de Inserção Profissional**

O Gabinete de Inserção Profissional é um serviço de proximidade que apoia a procura de emprego e a formação profissional da comunidade local. É um serviço disponível todas as segundas feiras, no Edifício Administrativo de Leça do Balio assegurado por uma técnica competente para este efeito, neste caso, pela Dr.<sup>a</sup>. Margarida Roque. O *modus operandi* deste serviço é muito semelhante ao do Atendimento Integrado

mudando apenas a natureza do problema sendo este mais direcionado para as questões do emprego e da formação:

- Neste serviço não é exigida marcação prévia por isso o utente necessita apenas de se dirigir ao Edifício Administrativo de Leça do Balio no sentido de ser atendido pela técnica acima referida no âmbito deste serviço;
- Colocada a questão do utente a resposta pode envergar por duas vias: orientação ou resolução do problema;
- A orientação acontece quando o GIP não tem recursos e/ou competências para solucionar o problema, por exemplo, a inscrição no centro de emprego só pode ser realizada no Instituto de Emprego e Formação Profissional por o utente é orientado nesse sentido;
- Quando o serviço em questão tem meios para solucionar o problema então é acionada uma resposta. Esta resposta pode exigir um acompanhamento ao utente, por exemplo, na procura ativa de emprego. Ou pode apenas ser um atendimento isolado, por exemplo, para justificar uma falta a uma convocatória.

## **Considerações finais**

Considerando todo o estágio e após a elaboração de uma análise retrospectiva do mesmo tenho condições para afirmar que esta oportunidade abriu-me as portas ao conhecimento prático. Conhecimento este, a um nível mais particular, mais técnico próprio do serviço, mas também a um nível mais geral, de aplicação de conhecimentos que adquiri durante o meu percurso académico. Passando a expressão, foi sem qualquer sombra de dúvida, a cereja no topo do bolo.

A partir de umas das perguntas de partida, nomeadamente aquela a que se refere às respostas sociais que o Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Leça do Balio oferece à comunidade local, conclui-se que este reivindica um leque de serviços sociais abrangente e variado, que atuam não apenas sobre um tipo de problema mas sim sobre os mais variados problemas sociais. Passando isto a fatos, a entidade acima referida tem ao seu dispor o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas e o Banco de Ajudas Técnicas que atuam sobre os problemas económicos da população local salvaguardando algumas necessidades básicas alimentares e/ou dando resposta a casos de dependência física; existem também as ações implementadas pela Comissão Social da Freguesia que atuam mais sob a ótica da inclusão social da comunidade local; a lógica do Atendimento Integrado que permite a existência de um serviço de proximidade, eficaz e de ágil potenciado pelo trabalho em rede e pela articulação dos mais variados serviços sociais concelhios; e o Gabinete de Inserção Profissional que providencia também um trabalho de proximidade mas neste caso de atuação na lógica da procura de emprego e de formação profissional.

A partir da segunda pergunta de partida que incide sobre o *modus operandi* do Gabinete de Ação Social acima mencionado assume-se a importância do trabalho em rede e da articulação de serviços. À partida, já seria de esperar que cada serviço prevalece-se segundo uma operacionalização diferente. E assim foi. Cada tipo de resposta social exige um procedimento próprio ao nível técnico. Mas perante esta exigência existem sempre procedimentos comuns que elevam estes serviços a um nível mais preponderante na comunidade local: e existência de equipas multidisciplinares, a persistência do trabalho e

equipa e o recurso ao trabalho em rede. Claro neste estudo só foram analisadas as potencialidades das respostas sociais e não impactos efetivos, mas daquilo que foi possível observar e estudar, estas respostas ganham elevam o seu expoente máximo pelos critérios que referi anteriormente. Por exemplo, se o trabalho de cada uma das entidades que fazem parte da Comissão Social de Leça do Balio faz sem dúvida a diferença na vida das pessoas, o trabalho delas em conjunto é certamente um caminho inteligente e de grande potencialidade para os processos de desenvolvimento local, tanto pela metodologia que apresentam (através da implementação de processos de planeamento estratégico por território) como pelo suporte de intervenção social que fazem de forma integrada e mais eficaz. E isto verificou-se em todos os outros serviços, no PO APMC pelo trabalho em equipa, no Atendimento Integrado, no Banco Concelhio de Ajudas Técnicas e no GIP, pela articulação das várias entidades e serviços. Estes entendimentos comuns sobre muitas questões relacionadas com o trabalho na área da ação social, permitem que os objetivos sejam mais facilmente atingidos e quanto mais fortes as relações das entidades locais e dos profissionais desta área mais viável será a intervenção. Promovem ainda a implementação de medidas de políticas sociais cada vez menos setorializadas, e tentam responder cada vez mais à multidimensionalidade dos problemas existentes.

Mas esta ideia do trabalho em rede nem sempre é fácil de ser concretizada e levada à prática. É certo que o Município de Matosinhos está um passo à frente nesta matéria porque foi um dos Concelhos pioneiros do programa de Rede Social e isso fez com que atualmente já seja uma prática mais enraizada pelas entidades do Concelho comparativamente a outros. Mas mesmo assim ainda existem algumas dificuldades da operacionalização do trabalho em rede. Daquilo que observei nas reuniões da Comissão Social de Freguesia, senti uma certa dificuldade de algumas entidades em contribuírem com novas ideias de ações e novas metodologias de trabalho. Mas isto advém de dois fatos importantes a ter em conta: primeiro, muitos destes profissionais estão de certo modo “viciados” em métodos de trabalho mais tradicionais o que pode complicar a existência de uma verdadeira iniciativa comum a todos os parceiros; e segundo, alguns representantes das várias entidades não têm poder de decisão, estão, por isso, dependentes das direções das instituições a que pertencem, são uma espécie de “mensageiros” apenas.

Outra conclusão, de cariz exploratório, muito importante que retiramos deste estudo foi o carácter homogéneo das condições económico-sociais da população que mais recorreu a este serviço. Sendo o Gabinete de Ação Social de Junta de Freguesia de Leça do Balio um serviço para a população em geral, a verdade é que na prática o tipo de respostas que existem neste serviço enquadram na generalidade o tipo de público-alvo que se faz valer pelo mesmo. Falamos de pessoas e/ou agregados familiares que vivem em situações de precariedade económica e social e que necessitam de ajuda para melhorar as suas condições de vida.

Em suma, a elaboração deste estudo permitiu pôr em prática os conhecimentos teóricos, mas também proporcionou uma aprendizagem desmedida do mundo do trabalho pelo papel ativo que foi permitido ter na entidade acolhedora.

Não se podem dar por concluídas as considerações finais deste estudo sem antes fazer um breve parenteses sobre o problema da interferência que está implícito uma qualquer pesquisa de terreno. António Firmino da Costa deixa isso bem claro na sua obra “A Pesquisa de Terreno em Sociologia” editada em 1986 e faz-nos refletir sobre a pertinência desse fato. Ora, esta pesquisa de campo teve como objeto de estudo uma entidade que se assemelha muito ao que o autor acima referido refere como uma “pequena unidade social”. É de entendimento geral que a minha presença iria ser notada e causaria alguma interferência naquele contexto em particular, fosse pelo fato de falar com as pessoas ou de participar no trabalho que ali estava a ser desenvolvido. O fato é que se ficasse apenas a observar, imóvel, interferiria muito mais e seria até indesejável. Para diminuir o impacto naquele contexto concluiu-se que seria benéfico naturalizar o meu papel e familiarizar-me de certo modo com as práticas que lá eram desenvolvidas. Como refere Firmino da Costa (1986) “A questão não está, pois, em supostamente evitar a interferência, mas em tê-la em consideração, controlá-la e objectivá-la, tanto quanto isso for possível.”. E se por um lado, neste estudo a questão da interferência representou um obstáculo, foi também o que permitiu adquirir o maior conhecimento sobre o contexto estudado.

Em jeito de conclusão, este trabalho também deixou algumas pistas de investigação futuras. Primeiro seria interessante criar instrumentos de trabalho que permitissem avaliar

os impactos das respostas do serviço de ação social da Junta de Freguesia de Leça do Balio. E, claro, de seguida avaliar efetivamente o impacto que essas medidas têm na vida das pessoas, visto que a única medida que faz essa avaliação é aquela que abrange o Plano de Ação estruturado pela Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio. Outra pista resulta do fato de se apostar pouco em medidas de prevenção e mais em medidas de remediação, seria a partir desta ideia, benéfico estudar a relevância, não em substituir as medidas na totalidade, mas sim complementá-las e atuar na raiz dos problemas.



## **Sugestões**

O objetivo deste capítulo é de certo modo fechar este relatório tentando demonstrar o potencial da Sociologia neste tipo de serviços sociais e, como não poderia deixar de ser, as vantagens que traria, se existisse um sociólogo na equipa. É aquilo a que se chama, usando uma expressão popular, arrastar a asa há minha sardinha. Dá-se esse capítulo por terminado com uma sugestão que do meu pondo de vista agilizava o trabalho da equipa de ação social.

Como afirmou Anthony Giddens (2009) “a Sociologia tem muitas implicações práticas para as nossas vidas.”. Esta disciplina não só permite como nos dá as ferramentas necessárias para um entendimento das diferenças culturais que nos possibilita um olhar do mundo social sob vários pontos de vista. Assim, se conseguirmos perceber o modo de vida das outras pessoas conseguimos também entender os seus constrangimentos. E isto por si só era uma mais valia para qualquer serviço que incida sobre problemas de ordem social. Nesta linha de raciocínio podemos facilmente assumir que as políticas sociais que não consideram as condutas das pessoas pouco ou nada irão ser eficazes.

A sociologia assume também a sua excelência na avaliação de impactos das políticas sociais. Bastante pertinente para o trabalho que esta entidade realiza. É do conhecimento geral de uma qualquer medida pode fracassar no cumprimento dos seus objetivos ou mesmo causar repercussões negativas.

É empreendida nos mais variados exercícios profissionais, mas importa também a variadas pessoas. Os estudos sociológicos sobre os acontecimentos sociais vão-se propagando socialmente, não obstante que isso nem sempre acontece da forma mais correta. De fato, nas sociedades mais modernas as conclusões retiradas do trabalho sociológico agregam-se no tecido social, e por isso, assumem-se como elementos-chave para os processos de produção e transformação social. A sociologia está por isso, grandemente envolvida como instrumento de reflexividade social, na formação das sociedades contemporâneas (Costa, 2009).

É certo que os focos da intervenção sociológica muito estão relacionados com atividades de diagnóstico e planeamento das técnicas mais eficazes de intervenção através de ações motivadas pelas causas sobre as quais se produzem os problemas sociais que acabam por ser impactantes para a sociedade (Araújo, 2005).

Finalmente a Sociologia elucida-nos o caminho para autocompreendermos o meio que nos rodeia. Esta disciplina não serve apenas para amparar as grandes decisões políticas, serve também para incitar grupos conscienciosos a viabilizarem os seus próprios projetos políticos. E muito embora a Sociologia seja movida por leis gerais e por padrões, durante o período de uma intervenção surgem naturalmente casos muito específicos, que podem si só, como diz Machado Pais citado por Araújo (2005) “*representar um mundo em si mesmos*.”.

A capacidade que os sociólogos têm para entender a sociedade é fruto da maneira como somos capazes de colocar de parte a nossa forma de ver o mundo para o conseguirmos observar com mais consciência aquilo que influencia o comportamento humano. E ao conseguirmos obter uma compreensão mais sensata do mundo social e da sociedade melhores possibilidades teremos de controlar aquilo que se passa à nossa volta. Na prática isto pode levar-nos a prever os impactos, positivos ou negativos, de determinadas medidas políticas para uma maior e mais eficaz rentabilização de recursos que muitas vezes são escassos (Giddens, 2009).

Os sociólogos embarram-se contra um universo amplo para explorar e um leque abastado de formas e processos para procurar entender “*num esforço de decifração das suas dinâmicas, dos seus padrões constitutivos, das suas implicações plurifacetadas e frequentemente inesperadas*.” (Costa, 2009).

A terminar esta linha de teorização é importante clarificar que o sociólogo durante o seu trabalho deve ter sempre bem assente três linhas de orientação: imaginação, humildade e perseverança. Nem sempre as coisas vão correr como o previsto e nem sempre os objetivos vão ser concretizados com sucesso assim como os efeitos destes que poderão não ser os pretendidos e por isso, é de extrema importância que os sociólogos se aconselhem com outros profissionais e que observem o trabalho realizado pelos demais, para que o verdadeiro contributo possa acontecer. E como tal, Emília Araújo (2005) refere

que “*Nem sempre o que reluz é ouro e nem sempre a palavra dos actores diz tudo e isto significa que o trabalho do sociólogo deve ser carregado de paciência e de análise cuidada dos “motivos” apresentados pelos implicados*”.

Para fechar este capítulo resta apenas dar uma sugestão quando ao trabalho realizado pela equipa de ação social que, a meu ver, iria agilizar o trabalho da mesma. Nada tem a ver como a forma como a equipa trabalha, mas sim com um dos procedimentos de uma das medidas, o Programa Operacional de Apoio às Famílias Mais Carenciadas, que não só a Junta de Leça do Balio tem ao dispor da comunidade, como toda a União da qual faz parte. E prende-se pelo seguinte: tudo o que é realizado na plataforma deste programa, ou seja, a emissão de credenciais e depois o carregamento delas pode apenas ser realizado por um utilizador de cada vez. As técnicas das três freguesias não podem estar em simultâneo a utilizar a plataforma, isto em termos de tempo é muito significativo. Basta pensarmos o seguinte, para que uma distribuição possa ser feita têm que estar todas as credenciais emitidas, em média 298 (que correspondem ao número de famílias abrangidas por este programa) por distribuição que podem ser realizadas apenas por um utilizador, note-se que é realizada uma credencial de cada vez. Seria vantajoso e iria agilizar em larga medida o trabalho da equipa se pudessem por exemplo trabalhar duas pessoas em simultâneo na plataforma e até três. Recordo que esta é uma das medidas que ocupa mais tempo efetivo de trabalho à equipa e isto seria, no meu ponto de vista, de máxima importância para que fosse possível canalizar recursos para outras intervenções que necessitam também de tempo para serem planeadas e implementadas para o bem-estar da comunidade.

## **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Emília Rodrigues (2005) – O papel do Sociólogo na Escola: contributos. CPCJ – Texto da Comunicação [em linha]. p 1-5. [Consult. 6 agosto 2018]. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3912/1/O%20papel%20do%20sociologo%20na%20escola.pdf>;

CANTANTE, Frederico (2018) – “Risco de pobreza”. *Observatório das Desigualdades* [em linha]. [Consult. 25 novembro 2017]. Disponível em: <https://observatorio-das-desigualdades.com/2018/04/23/risco-de-pobreza/>;

CARMO, Renato Miguel; Cantante, Frederico (2014) – “Precariedade, desemprego e proteção social: caminhos para a desigualdade?”. *Observatório das Desigualdades* [em linha]. [Consult. 25 novembro 2017]. Disponível em: <https://observatorio-das-desigualdades.com/2014/06/19/precariedade-desemprego-e-protecao-social-caminhos-para-a-desigualdade-por-renato-miguel-do-carmo-e-frederico-cantante/#more-1367>;

CARMO, Renato Miguel [et all] (2018) – “*Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa*”. Lisboa: Mundos Sociais. ISBN 978-8536-65-5;

CASTEL, Robert (2003) – “*L’insecurité sociale: qu’est-ce qu’être protégé*”. Paris: Seuil. ISBN 2-02-062349-8;

CM-MATOSINHOS (s/d) – “Ação Social e Saúde”. *Câmara Municipal de Matosinhos* [em linha]. [Consult. 30 novembro 2017]. Disponível em: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/406>;

CM-MATOSINHOS (2014) – “Banco Concelhio de Ajudas Técnicas”. *Câmara Municipal de Matosinhos* [em linha]. [Consult. 13 dezembro 2017]. Disponível em: [http://www.cm-matosinhos.pt/pages/242?news\\_id=2992](http://www.cm-matosinhos.pt/pages/242?news_id=2992);

CM-MATOSINHOS (s/d) – “Serviços e Respostas Sociais” – *Câmara Municipal de Matosinhos* [em linha]. [Consult. 5 dezembro 2017]. Disponível em: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/413>;

COSTA, António Firmino (1986) – “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”. In SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) – *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento;

COSTA, António Firmino (2009) – *Sociologia*. Lisboa: Quimera. ISBN: 978-972-589-178-0;

COSTA, António Firmino (2012) – *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Mundos Sociais. ISBN 978-989-8536-15-0;

CRESWELL, John W. (2007) – “Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches. California: Sage Publications, Inc. ISBN 978-4129-1606-6;

DECRETO-LEI nº 115/2006 de 14 de junho. D.R.E. Série I-A (14 de junho de 2006). [Consult. 11 junho 2018]. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/344943/details/maximized>;

FERNANDES, António Teixeira (2000) – “Desigualdades e representações sociais”. *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* [em linha]. Vol. 10, p. 203-214. [Consult. 8 novembro 2017]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8198/2/1478.pdf> ;

GIDDENS, Anthony (2009) – *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-1503-1;

IEFP (s/d) - “Gabinetes de Inserção Profissional”. *Instituto do Emprego e Formação Profissional* [em linha]. [Consult. 22 junho 2018]. Disponível em: <https://www.iefp.pt/gabinetes-de-insercao-profissional>;

NÚCLEO DA REDE SOCIAL (2001) – “Relatório de execução do programa piloto da rede social”. *Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social* [em linha], p 13-32. [Consult. 11 junho 2018]. Disponível em: [http://www.seg-social.pt/documents/10152/147102/relat%C3%B3rio\\_execucao\\_programa\\_piloto/6557af58-434d-40f2-9cd9-9864c3053fa3](http://www.seg-social.pt/documents/10152/147102/relat%C3%B3rio_execucao_programa_piloto/6557af58-434d-40f2-9cd9-9864c3053fa3);

PNAI (2006) – “Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008”. *Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social* [em linha], p 5-67. [Consult. 21 junho 2018]. Disponível em: [http://www.seg-social.pt/documents/10152/129295/pnai\\_2006\\_2008/cdd1df2d-a8b8-4ef6-b9ce-40c8750baf26](http://www.seg-social.pt/documents/10152/129295/pnai_2006_2008/cdd1df2d-a8b8-4ef6-b9ce-40c8750baf26) ;

RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010) – *Escassos caminhos: os processos de imobilização social dos beneficiários do rendimento social de inserção*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-1056-7;

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001) – “Os processos de globalização”. In Boaventura de Sousa Santos (org.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia?* [em linha]. Porto: Afrontamento. p. 31-106. ISBN 972-36-0569-4 ;

SEG-SOCIAL (2013) – “Desemprego”. *Segurança Social* [em linha]. [Consult. 23 novembro 2017]. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/desemprego>;

SEG-SOCIAL (2014) – “A rede social”. *Segurança social* [em linha]. [Consult. 30 novembro 2017]. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/a-rede-social>;

SEG-SOCIAL (2018) – “Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas”. Segurança Social [em linha]. [Consult. 11 junho 2018]. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/programa-operacional-de-apoio-as-pessoas-mais-carenciadas>;

SEG-SOCIAL (2018) - “Rendimento social de inserção”. *Segurança Social* [em linha]. [Consult. 23 novembro 2017]. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>;


THERBORN, Goran (2010) – “Os campos de extermínio da desigualdade”. *Novos Estudos - CEBRAP* [em linha]. Nº 87, p. 145-156. [Consult. 13 novembro 2017]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a09n87.pdf> . ISSN 0101-3300;

UNIÃO DE FREGUESIAS DE CUSTÓIAS, LEÇA DO BALIO E GUIFÕES – “Leça do Balio”. *União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões* [em linha]. [Consult. 9 maio 2018]. Disponível em: <http://www.jf-custoias-lecabalio-guifoes.pt/pt/freguesias/leca-do-balio>;


## **Anexos**




## **Anexo 1 – Instrumento de trabalho criado para a realização das ações de acompanhamento**




UNIÃO EUROPEIA  
Fundo de Auxílio Europeu  
às Pessoas mais Carenciadas



PO APMC  
PROGRAMA OPERACIONAL DE  
APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS




SEGURANÇA SOCIAL




UNICAMARAS  
CUSTÓIAS  
LEÇA DO BALIO  
GÓRFOS

# **Ações de Acompanhamento - POAPMC**


## **Cozinhar e armazenar os produtos de uma forma cuidada**




UNIÃO EUROPEIA  
Fundo de Auxílio Europeu  
às Pessoas mais Carenciadas



PO APMC  
PROGRAMA OPERACIONAL DE  
APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS



SEGURANÇA SOCIAL



UNICAMARAS  
CUSTÓIAS  
LEÇA DO BALIO  
GÓRFOS

# **Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas**

- Apoio alimentar às pessoas mais carenciadas, através da distribuição mensal de cabazes alimentares;
- Ações de acompanhamento orientadas para a integração social dos/as destinatários/as deste programa;
- **Objetivo:** Apoio alimentar através de um conjunto de alimentos que se podem interligar ao longo do dia e favorecer uma alimentação saudável e equilibrada;
- **Duração do Programa:** 27 meses.



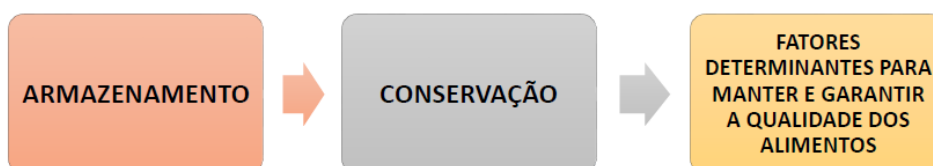
## O cabaz

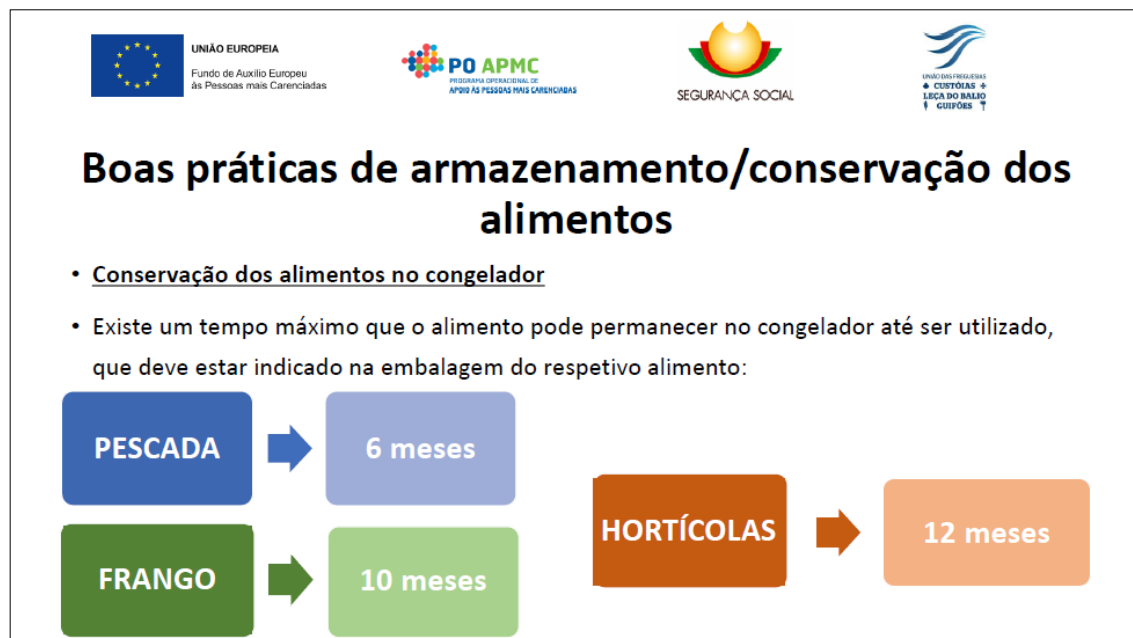
- Adotaram-se os valores de energia recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS);
- Elaborado com base em recomendações alimentares da roda dos alimentos;
- A confeção destes cabazes teve ainda em consideração os hábitos de consumo alimentar dos portugueses/as e mais concretamente da população residente no distrito do Porto.




## Boas práticas de armazenamento/conservação dos alimentos

- Os alimentos devem ser armazenados e conservados em condições adequadas que evitem a sua deterioração e os protejam de possíveis contaminações:







## Boas práticas de armazenamento/conservação dos alimentos


- Descongelação dos alimentos
- Os alimentos devem ser descongelados de acordo com um dos seguintes três métodos:

**NO FRIGORÍFICO A 5º C OU MENOS - O ALIMENTO DEVE SER RETIRADO DA SUA EMBALAGEM ORIGINAL E COLOCADO NUM RECIPIENTE ADEQUADO**

**OS ALIMENTOS NUNCA DEVEM SER DESCONGELADOS À TEMPERATURA AMBIENTE - QUANDO NECESSÁRIO, PARA COZINHAR DE IMEDIATO, PODE UTILIZAR-SE ÁGUA FRIA**

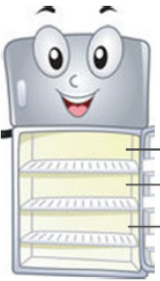
**NO MICRO-ONDAS (EM MODO DE DESCONGELAÇÃO) SE FOREM PARA COZINHAR NO IMEDIATO**

A ESTRATÉGIA DE DESCONGELAÇÃO GRADUAL NO FRIGORÍFICO É A MAIS ADEQUADA

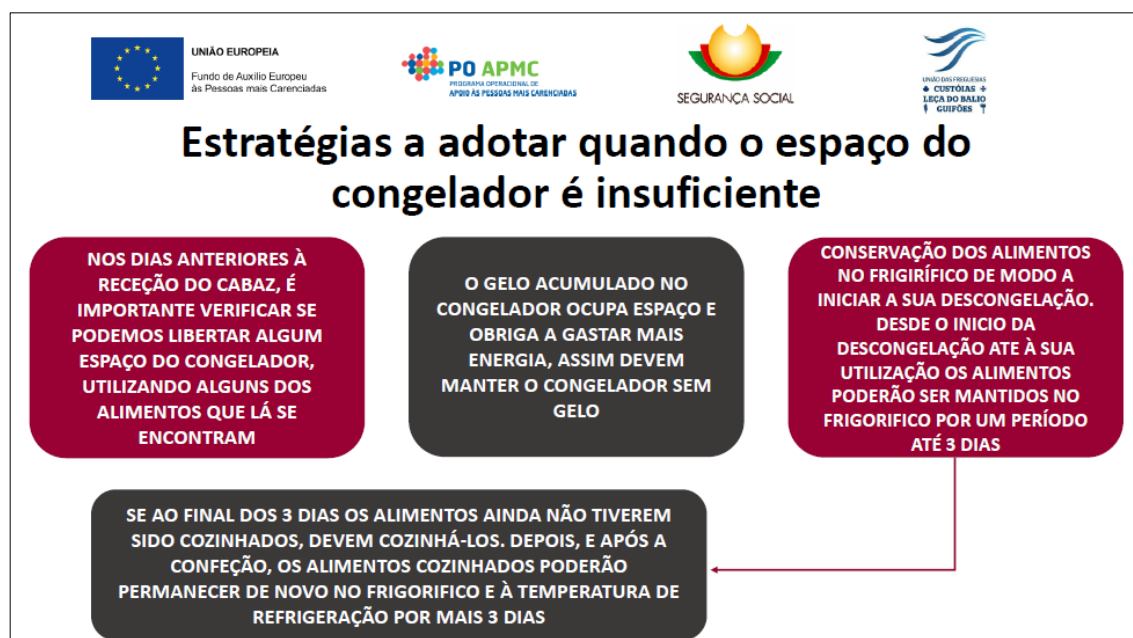
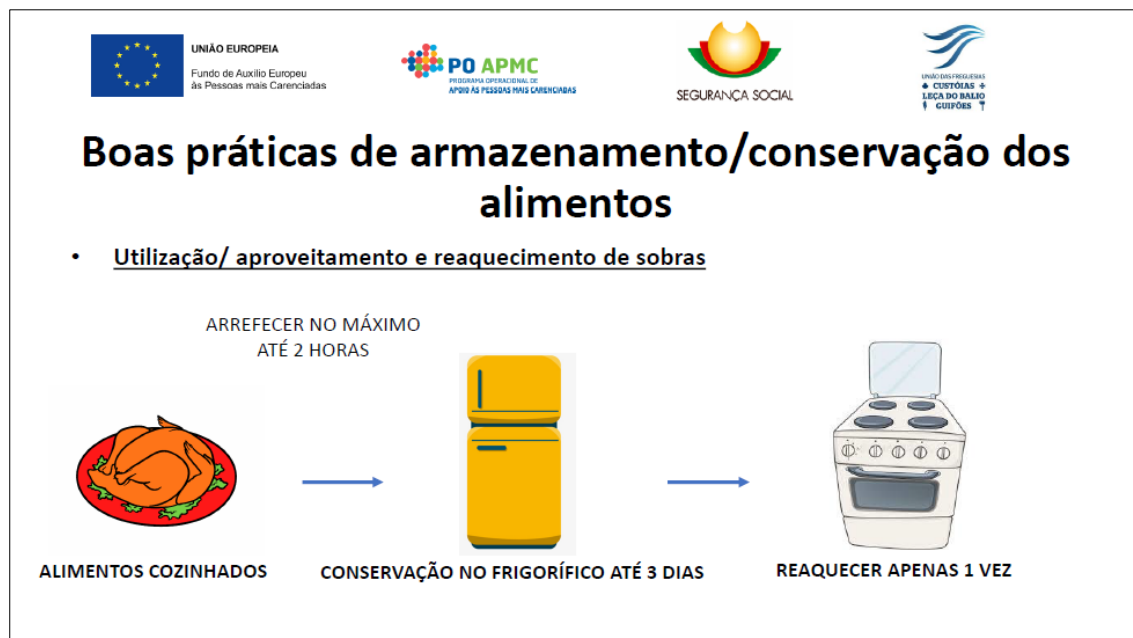


## Boas práticas de armazenamento/conservação dos alimentos

- Conservação no frigorífico
- Relativamente aos alimentos que foram descongelados, estes poderão permanecer conservados no frigorífico, por um período que não ultrapasse as 48 horas, após o período de descongelação de 24 horas.



- Alimentos preparados/ confeccionados ou prontos a consumir
- Pescado cru
- Carne crua





UNIÃO EUROPEIA  
Fundo de Auxílio Europeu  
às Pessoas mais Carenciadas



PO APMC  
PROGRAMA OPERACIONAL DE  
APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS



SEGURANÇA SOCIAL




UNIÃO DAS FREGUESIAS  
LEÇA DO BALIO  
e GUIFÕES

## Como combinar os alimentos do cabaz

**PEQUENO-ALMOÇO E REFEIÇÕES INTERMÉDIAS**


**REFEIÇÕES DO ALMOÇO E JANTAR**




UNIÃO EUROPEIA  
Fundo de Auxílio Europeu  
às Pessoas mais Carenciadas



PO APMC  
PROGRAMA OPERACIONAL DE  
APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS



SEGURANÇA SOCIAL



UNIÃO DAS FREGUESIAS  
LEÇA DO BALIO  
e GUIFÕES

## Pequeno-almoço e refeições intermédias

**Leite**

**Queijo**

**Cereais**

**Marmelada**

**Alimentos disponíveis nos cabazes**

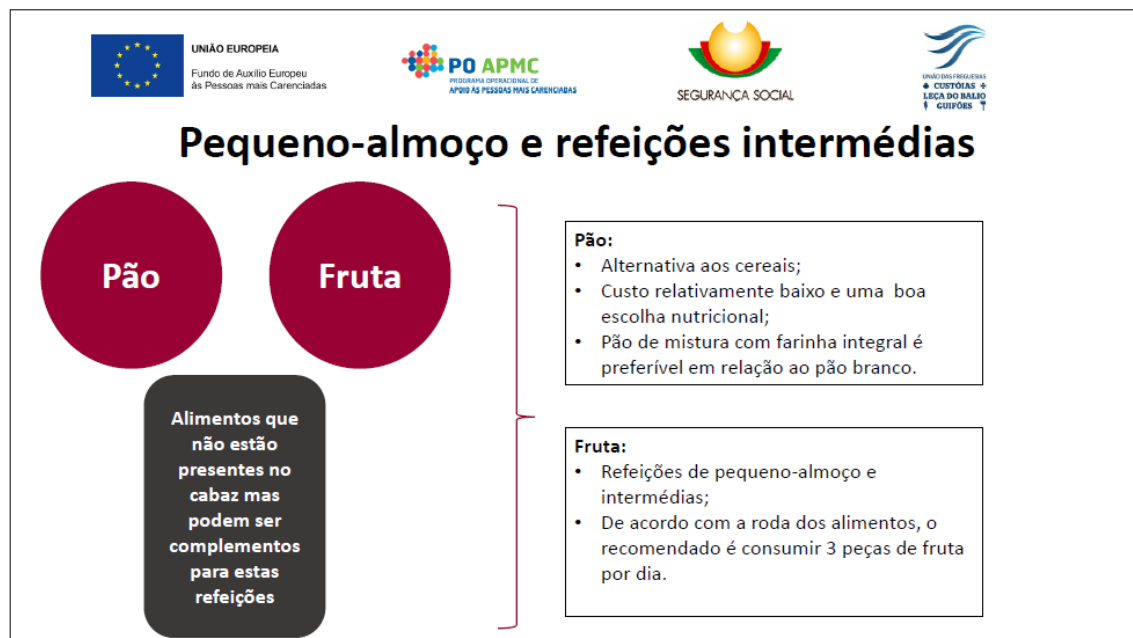
**Creme Vegetal**


Recomenda-se o consumo de **2 porções diárias de laticínios**:

- 2 chávenas de leite (250 ml cada ) ou;
- 4 fatias finas de queijo (20 gr cada) ou;
- 2 iogurtes.


**Cereais de pequeno almoço:**

- Pouco açucarados;
- Devem ser consumidos cerca de 35 gr (+/- 5 colheres de sopa de cereais) por refeição.







UNIÃO EUROPEIA  
Fundo de Auxílio Europeu  
às Pessoas mais Carentes



PO APMC  
PROGRAMA OPERACIONAL DE  
APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENTES



SEGURANÇA SOCIAL



UNIÃO DAS FREGUESIAS  
CUSTÓIAS  
LEÇA DO BALIO  
GUIFÕES

## Refeições do almoço e jantar


**Alimentos não disponíveis no cabaz que podem completar estas refeições**

**Ovos**


**Hortícolas**

**Hortícolas que apresentam um custo mais baixo (valor indicativo):**


- Cenoura- 0,38 €/Kg
- Couve branca- 0,64 €/Kg
- Couve coração – 0,64 €/Kg
- Couve lombarda – 0,64 €/Kg
- Cebola – 0,58 €/Kg
- Abóbora – 1,09 €/Kg
- Tomate- 1,29 €/Kg
- A fruta e os legumes da época é uma boa opção para conseguir estes alimentos a um preço mais baixo.




UNIÃO EUROPEIA  
Fundo de Auxílio Europeu  
às Pessoas mais Carentes



PO APMC  
PROGRAMA OPERACIONAL DE  
APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENTES



SEGURANÇA SOCIAL



UNIÃO DAS FREGUESIAS  
CUSTÓIAS  
LEÇA DO BALIO  
GUIFÕES

# GUIA DE RECEITAS

## FÁCEIS, RÁPIDAS E ECONÓMICAS

Agradecemos a vossa presença!



## **Anexo 2 – Fotografias e Planos de formação para as ações de acompanhamento**





**UNIÃO EUROPEIA**

Fundo de Auxílio Europeu  
às Pessoas mais Carenciadas



**Ação:** Cozinhar e armazenar os produtos de uma forma cuidada

<b>Sessão Nº 1</b>	<b>Duração da Sessão:</b> 60 m	<b>Data:</b> 28/03/2018 às 10h30	<b>Formador:</b> M <sup>o</sup> João Duarte / Rute Oliveira
<b>Destinatários:</b>	Utentes destinatários do POPAMC		

**Objetivo Geral:** No final da sessão, os utentes deverão ser capazes de conservar e armazenar os alimentos disponibilizados pelo cabaz alimentar do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC) 2014-2020

**Objectivo (s) Específico (s):** Reconhecer a importância na conservação e armazenamento dos alimentos de uma forma cuidada

	<b>Conteúdos</b>	<b>Métodos e Técnicas pedagógicas</b>	<b>Recursos</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Tempo</b>
<b>Introdução</b>	Contextualização do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas e do cabaz	Ativo	Computador Videoprojector	Formativa	60 m

	Dicas de armazenamento e conservação dos alimentos Estratégias a adotar quando o espaço do congelador é insuficiente Como combinar os alimentos do cabaz	Afirmativo Expositivo Interrogativo			
<b>Desenvolvimento</b>	Guia de receitas fáceis e económicas com alimentos fornecidos pelo POAPMC				
<b>Conclusão</b>					



UNIÃO EUROPEIA

Fundo de Auxílio Europeu  
às Pessoas mais Carenciadas



**Ação:** Cozinhar e armazenar os produtos de uma forma cuidada

<b>Sessão Nº 2</b>	<b>Duração da Sessão:</b> 60 m	<b>Data:</b> 03/03/2018 às 15h00	<b>Formadoras:</b> M <sup>a</sup> João Duarte / Rute Oliveira
<b>Destinatários:</b>	Utentes destinatários do POPAMC		

**Objetivo Geral:** No final da sessão, os utentes deverão ser capazes de conservar e armazenar os alimentos disponibilizados pelo cabaz alimentar do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC) 2014-2020

**Objectivo (s) Específico (s):** Reconhecer a importância na conservação e armazenamento dos alimentos de uma forma cuidada

	Conteúdos	Métodos e Técnicas pedagógicas	Recursos	Avaliação	Tempo
<b>Introdução</b>	Contextualização do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas e do cabaz	Ativo	Computador Videoprojector	Formativa	60 m

	Dicas de armazenamento e conservação dos alimentos Estratégias a adotar quando o espaço do congelador é insuficiente Como combinar os alimentos do cabaz	Afirmativo Expositivo Interrogativo			
<b>Desenvolvimento</b>	Guia de receitas fáceis e económicas com alimentos fornecidos pelo POAPMC				
<b>Conclusão</b>					

### Anexo 3 – Certificado da formação




#### Certificado de Formação Profissional

Certifica-se que Ana Rute Borges Oliveira natural de Matosinhos nascida em 30/03/1992, com o N.º de Cartão de Cidadão 12903198 4ZY1 válido até 07/07/2021, concluiu com aproveitamento o curso de Formação Profissional de Armazenagem a Frio e Congelação de Alimentos, em 02/02/2018, com a duração de 5:00 horas.

Unidades de Formação/Módulos/Outras Designações	Horas (hh:mm)	Classificação
Conservação em frio (refrigeração e congelação)	2:00	-
Receção das matérias primas	1:00	-
Processo de congelação dos alimentos	2:00	-

Porto, 06 de abril de 2018

O(A) Responsável pelo(a) CFPSA - Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar

  
(Assinatura e selo branco ou carimbó da entidade formadora Certificada)

Certificado n.º 1/2018 de acordo com o modelo publicado na Portaria n.º 474/2010

## Anexo 4 – Plano de ação 2018 da Comissão Social da Freguesia de Leça do Balio



### Plano de Ação 2018



#### Eixo Estratégico 2 – Comunicação e divulgação

**Finalidade:** Dar visibilidade à Rede Social de Matosinhos e promover identificação dos parceiros com a mesma

**Objetivo geral:** 2.01. Criar mecanismos de divulgação da Rede Social

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
<b>2.01.01. Publicar regularmente notícias sobre a rede social no site da Câmara Municipal de Matosinhos e das Uniãos de Freguesia</b>	Publicar e divulgação das iniciativas da CSFLB na newsletter/ páginas das entidades parceiras	- UF.C-LB-G	-Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua -APDI -APOFEN -Associação A Semente -B.V. Leça do Balio -CCDRS Leça do Balio	R. P.	2018

			-CMM -Conf. Vicª Araújo -Conf. Vicª Leça do Balio -Conf. Vicª Padrão da Légua - Centro Social Leça do Balio - Centro Social e Paroquial Padrão da Légua - Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra -Liga dos Combatentes -MatosinhosHabit -O Lar do Comércio -PSP -ULSM, EPE/ACES/UCC SMI		
--	--	--	---	--	--

## **Eixo Estratégico 2 – Comunicação e divulgação**

**Finalidade:** Dar visibilidade à Rede Social de Matosinhos e promover identificação dos parceiros com a mesma

**Objetivo geral:** 2.01. Criar mecanismos de divulgação da Rede Social

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Ações /Medidas</b>	<b>Responsável</b>	<b>Entidades envolvidas</b>	<b>Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios</b>	<b>Calendarização</b>
<b>2.01.01. Publicar regularmente notícias sobre a rede social no site da Câmara Municipal de</b>	Publicação e divulgação na newsletter da CMM/ Divisão Educação das iniciativas realizadas em contexto escolar das entidades parceiras da Rede Social	- CMM / Divisão da Educação	-APOFEN - B. V. de Leça do Balio - PSP - ULSM, EPE/ ACES/ UCC SMI	R. P.	2018



Matosinhos e da Juntas de Freguesia					
-------------------------------------	--	--	--	--	--

### Eixo Estratégico 3 – Qualificação das Pessoas e Organizações

**Finalidade:** Melhorar a atuação das organizações através de um sistema de formação contínua

**Objetivo geral:** 3.1 Criar um sistema de formação continua para profissionais que foque, entre outras, matérias como: i) Violência Doméstica/ ii) Processos demenciais/ iii) Igualdade de Género e à não discriminação no trabalho e no emprego/ iv) Não discriminação/ v) Convenção dos Direitos da Criança e sua implementação na prática/ vi) Cultura cigana/ vii) Comunicação acessível/ viii) Promoção da saúde e prevenção da doença/ xix) Sistema de informação para agentes económicos e sociais (profissionais e dirigentes)

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
3.01.09. Realizar, pelo menos, 3 ações de formação/ano	Realização de ações de sensibilização sobre maus tratos e violência familiar destinada a pais/encarregados de educação e comunidade educativa	- PSP	- Agrupamento de Escolas Padrão da Légua - APOFEN - Centro Social de Leça do Balio - Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua	R. P.	2018

			- O Lar do Comércio		
--	--	--	---------------------	--	--

### Eixo Estratégico 3 – Qualificação das Pessoas e Organizações

**Finalidade:** Melhorar a atuação das organizações através de um sistema de formação contínua

**Objetivo geral:** 3.1 Criar um sistema de formação contínua para profissionais que foque, entre outras, matérias como: i) Violência Doméstica/ ii) Processos demenciais/ iii) Igualdade de Género e à não discriminação no trabalho e no emprego/ iv) Não discriminação/ v) Convenção dos Direitos da Criança e sua implementação na prática/ vi) Cultura cigana/ vii) Comunicação acessível/ viii) Promoção da saúde e prevenção da doença/ xix) Sistema de informação para agentes económicos e sociais (profissionais e dirigentes)

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
3.01.09. Realizar, pelo menos, 3 ações de formação/ano	Realização de sessões de informação ao nível da sexualidade nos idosos destinadas a profissionais	- ULS-M/USFs/UCC SMI	- Centro Social de Leça do Balio - Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua - O Lar do Comércio	R. P.	2018

**Eixo Estratégico 3 – Qualificação das Pessoas e Organizações**

**Finalidade:** Aumentar os níveis de qualificação da população adulta

**Objetivo geral:** 3.06. Dinamizar medidas de desenvolvimento de competências de pessoas desempregadas

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
<b>3.06.05</b> <b>Criar Plataformas de parceria entre agentes de inserção, formação e emprego</b>	Colocação de 6 adultos em programas ocupacionais/ voluntariado/ formação nas instituições parceiras	- Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra	- APDI - APOFEN - B. V. Leça do Balio - Confª Vicª Padrão da Légua - Liga dos Combatentes - UF. C-LB-G	R. P.	2018

**Eixo Estratégico 4 – Garantia do acesso a direitos**

**Finalidade:** Promover o direito ao sucesso educativo

**Objetivo geral:** 4.02. Dar continuidade à política de promoção do sucesso educativo

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
<b>4.02.07.</b> <b>Implementar projetos de promoção do sucesso escolar</b>	Dar continuidade à implementação do Projeto PIES abrangendo 150 alunos/ano letivo	- Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua	- Associação A Semente - CMM - U.F. C-LB-G	R. P.	2018
	Dinamização da Sala de Estudo Solidária abrangendo 20 alunos das escolas de Leça do Balio	- Associação A Semente	- Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua	R. P.	2018

**Eixo Estratégico 4 – Garantia do acesso a direitos**

**Finalidade:** Promover o acesso ao emprego

**Objetivo geral:** 4.05. Promover o desenvolvimento vocacional das pessoas mais jovens e a sua informação para a inserção no mercado de trabalho

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos/ Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
<b>4.05.04.</b> <b>Aumentar os conhecimentos do/as aluno/as sobre o mercado de trabalho</b>	Dinamização de sessões sobre técnicas de procura de emprego/formação junto dos alunos dos cursos profissionais do Agrupamento Escolas do Padrão da Légua	- GIP ADEIMA	- Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua	R. P.	2018

**Eixo Estratégico 4 – Garantia do acesso a direitos**

**Finalidade:** Melhorar níveis de proteção social da população mais vulnerável

**Objetivo geral:** 4.08. Dar continuidade ao programa de acesso a bens essenciais

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
-----------------------	----------------	-------------	----------------------	---	----------------

*Lógicas de ação social numa Junta de Freguesia. O caso de Leça do Balio*

<b>4.08.01. Facilitar o acesso de famílias a bens alimentares</b>	Realização de iniciativa para angariação de bens alimentares para posterior distribuição pelas famílias carenciadas	-Confª Vicª Araújo -Confª Vicª Padrão da Légua	-Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua -APDI -APOFEN -Associação A Semente -B.V. Leça do Balio -CCDRS Leça do Balio -Centro Social de Leça do Balio -Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua -CMM -Comunidade Terapêutica da Ponte da Pedra -Confª Vicª Leça do Balio -Liga dos Combatentes -MatosinhosHabit -O Lar do Comércio -PSP - ULS- M/USFs/UCC SMI - UF. C-LB-G	R. P.	2018
---	---	---	--	-------	------

**Eixo Estratégico 4 – Garantia do acesso a direitos**

**Finalidade:** Melhorar níveis de proteção social da população mais vulnerável

**Objetivo geral:** 4.8. Dar continuidade ao programa de acesso a bens essenciais

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
<b>4.8.4. Abranger x pessoas / famílias no âmbito do Banco de Bens</b>	Realização da Semana Solidária para distribuição de bens essenciais para população mais vulnerável	- Centro Social de Leça do Balio	-Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua -APDI -APOFEN -Associação A Semente -B.V. Leça do Balio -CCDRS Leça do Balio -Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua -CMM -Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra -Confª Vicª Araújo -Confª Vicª Leça do Balio -Confª Vicª Padrão da Légua -Liga dos Combatentes -MatosinhosHabit -O Lar do Comércio -PSP - ULS- M/USFs/UCC SMI - UF. C-LB-G	R. P.	2018

**Eixo Estratégico 4 – Garantia do acesso a direitos**

**Finalidade:** Melhorar níveis de proteção social da população mais vulnerável

**Objetivo geral:** 4.09. Aumentar a capacidade de equipamentos/ respostas sociais para pessoas com deficiência/ incapacidades

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
-----------------------	----------------	-------------	----------------------	--	----------------



<p><b>4.09.03.</b> <b>Favorecer o contato entre as pessoas com deficiência/incapacidades e a comunidade envolvente</b></p>	<p>Realização de iniciativas que promovam apoio financeiro para pessoas com doença metabólica/doentes com necessidade de ajudas de custos (para deslocação a consultas de nutrição, realização de exames e análises</p>	<p>- APOFEN</p>	<p>-Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua -APDI -Associação A Semente -B.V. Leça do Balio -CCDRS Leça do Balio -Centro Social de Leça do Balio -Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua -CMM -Comunidade Terapêutica da Ponte da Pedra -Confª Vicª Araújo -Confª Vicª Leça do Balio -Confª Vicª Padrão da Légua -Liga dos Combatentes -MatosinhosHabit -O Lar do Comércio -PSP - ULS- M/USFs/UCC SMI - UF. C-LB-G</p>	<p>R. P.</p>	<p>2018</p>
--	---	-----------------	--	--------------	-------------

**Eixo Estratégico 4 – Garantia do acesso a direitos**

**Finalidade:** Melhorar níveis de proteção social da população mais vulnerável

**Objetivo geral:** 4.09. Aumentar a capacidade de equipamentos/ respostas sociais para pessoas com deficiência/ incapacidades

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
<b>4.09.04.</b> <b>Estudar a criação de respostas para pessoas com deficiência/incapacidades</b>	Aplicação de questionário para levantamento de situações de indivíduos portadores de deficiência/incapacidades não integrados em resposta social	- UF. C-LB-G	- Agrupamento de escolas do Padrão da Légua - APDI - APOFEN - Associação A Semente - B.V. Leça do Balio - CCDRS Leça do Balio - Centro Social de Leça do Balio - Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua -CMM - Confª Vicª Araújo -Confª Vicª Leça do Balio -Confª Vicª Padrão da Légua - Comunidade Terapêutica da Ponte da Pedra - Liga dos Combatentes - MatosinhosHabit - O Lar do Comércio - PSP - ULS- M/USFs/UCC SMI	R. P. / R. E.	2018

**Eixo Estratégico 4 – Garantia do acesso a direitos**

**Finalidade:** Melhorar níveis de proteção social da população mais vulnerável

**Objetivo geral:** 4.09. Aumentar as vagas em equipamentos / respostas sociais

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
<b>4.09.05</b> <b>Alargar os Acordos de Cooperação com a Segurança Social</b>	Estudar a viabilidade da requalificação do edifício do Centro de Convívio para a resposta creche/berçário e ATL no conjunto habitacional de Recarei e Manso	- Centro Social de Leça do Balio	-CMM - Segurança Social	R. P. / R. E.	2018
	Estudar a viabilidade do alargamento de uma sala de creche no edifício da sede, em Gondivai	- Centro Social de Leça do Balio	-CMM - Segurança Social	R. P. / R. E.	2018

**Eixo Estratégico 4 – Garantia do acesso a direitos**

**Finalidade:** Garantir o direito à segurança

**Objetivo geral:** 4.15. Prevenir e combater comportamentos de risco

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a	Calendarização
-----------------------	----------------	-------------	----------------------	---	----------------

				realizar com recursos próprios	
<b>4.15.02. Aumentar os conhecimentos das pessoas idosas face a comportamentos de risco</b>	Realização de sessões anuais sobre cidadania e violência familiar destinada a idosos	- PSP	- B. V. de Leça do Balio - Centro Social de Leça do Balio - Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua - O Lar do Comércio	R. P.	2018
	Realização de sessão anual sobre burlas e perigos associados ao isolamento destinadas aos idosos identificados na Base de Dados criada pela CSF	- PSP	- B.V. Leça do Balio - Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua -UF. C-LB-G	R. P.	2018
	Atualização da base de dados dos idosos isolados criada pela Comissão Social de Leça do Balio	- PSP	- Centro Social de Leça do Balio - Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua - Confª Vicª Araújo -Confª Vicª Leça do Balio -Confª Vicª Padrão da Légua - MatosinhosHabit - O Lar do Comércio - ULS- M/USFs/UCC SMI - UF. C-LB-G	R.P.	2018

**Eixo Estratégico 5 – Concelho amigo das famílias e das gerações**

**Finalidade:** Criar condições para a(s) autonomia(s)

**Objetivo geral:** 5.06. Criar respostas que concorram para a autonomia das pessoas com dependência/incapacidades

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
<b>5.06.03.</b> <b>Dinamizar o Projeto</b> <b>“Envelhecer Ativamente”</b>	Realização de sessões ao nível da reabilitação e saúde mental para profissionais de ação direta	- ULS- M/USFs/UCC SMI	- Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua	R. P.	2018

**Eixo Estratégico 5 – Concelho amigo das famílias e das gerações**

**Finalidade:** Promover hábitos de vida saudáveis

**Objetivo geral:** 5.11. Desenvolver projetos de promoção da saúde e prevenção da doença

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
<b>5.11.03</b> <b>Promover iniciativas de educação para a saúde</b>	Realização de workshops sobre alimentação saudável tendo em conta a dieta Hipo proteica associada a doenças do metabolismo das proteínas	- APOFEN	-Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua -APDI -Associação A Semente -B.V. Leça do Balio -CMM -Centro Social de Leça do Balio -Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua -CCDRS Leça do Balio -Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra -Confª Vicª Araújo -Confª Vicª Leça do Balio - Confª Vicª Padrão da Légua -Liga dos Combatentes -MatosinhosHabit -O Lar do Comércio -PSP - ULS- M/USFs/UCC SMI - UF. C-LB-G	R. P.	2018

**Eixo Estratégico 5 – Concelho amigo das famílias e das gerações**

**Finalidade:** Promover hábitos de vida saudáveis

**Objetivo geral:** 5.11. Desenvolver projetos de promoção da saúde e prevenção da doença

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
<b>5.11.03</b> <b>Promover iniciativas de educação para a saúde</b>	Dinamização da Semana “Viver com Saúde” de forma a promover a adoção de hábitos de vida saudáveis	- UF. C-LB-G	- Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua - APDI - APOFEN -B. V. Leça do Balio -Centro Social de Leça do Balio - Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua - Comunidade Terapêutica da Ponte da Pedra - MatosinhosHabit - O lar do Comércio - ULS- M/USFs/UCC SMI	R. P.	2018

**Eixo Estratégico 5 – Concelho amigo das famílias e das gerações**

**Finalidade:** Promover hábitos de vida saudáveis

**Objetivo geral:** 5.13. Desenvolver programas de animação sociocultural na comunidade e nas instituições

Objetivos específicos	Ações /Medidas	Responsável	Entidades envolvidas	Ação sujeita a recursos externos / Ação a realizar com recursos próprios	Calendarização
<b>5.13.02.</b> <b>Desenvolver ações de valorização da imagem dos conjuntos habitacionais do concelho</b>	Dinamização de uma ação de arte urbana nos suportes do conjunto habitacional do Manso para uma maior integração dos residentes na comunidade	- Matosinhos Habit	- Centro Social de Leça do Balio (ATL) - Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra - Escola 2ª Oportunidade - UF. C-LB-G	R. P. / R. E.	2018/2019